

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TATIANA FRADKIN

FINANCIAMENTO DA TV PÚBLICA :
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO BASEADO NA TV CULTURA DE SÃO PAULO E
NA TVE DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO

2004

Tatiana Fradkin

FINANCIAMENTO DA TV PÚBLICA :

Um Estudo Exploratório Baseado na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio de Janeiro

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente da Escola de Comunicação – ECO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo.

Orientadora: Prof^a Fátima Sobral
Fernandes, D.Sc.

Rio de Janeiro

2004

Fradkin, Tatiana.

Financiamento da TV Pública: um estudo exploratório baseado na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio De Janeiro / Tatiana Fradkin. – Rio de Janeiro, 2004.

83 f : il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2004

Orientador : Fátima Sobral Fernandes

1. TV Pública 2. Financiamento 3. Comunicação Social – Trabalho de conclusão de curso. I. Fernandes, Fátima Sobral (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título

Tatiana Fradkin

FINANCIAMENTO DA TV PÚBLICA :
Um Estudo Exploratório Baseado na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio de
Janeiro

Trabalho de conclusão de curso submetido ao corpo docente da Escola de Comunicação – ECO, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2004.

Profª Fátima Sobral Fernandes, D.Sc, ECO/UFRJ

Prof. José Henrique Moreira, Mestre em Teatro, ECO/UFRJ

Prof. Luiz Carlos Saroldi, Mestre em Comunicação, ECO/UFRJ

Profª Regina Montenegro, D.Sc, ECO / UFRJ

RESUMO

FRADKIN, Tatiana. **Financiamento da TV Pública:** Um Estudo Exploratório Baseado na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Análise de alternativas de financiamento das emissoras públicas brasileiras, tendo por base o estudo dos orçamentos da TV Cultura de São Paulo e da TVE do Rio de Janeiro, que são as principais responsáveis pela programação da Rede Pública de Televisão. Com o intuito de proceder a uma análise detalhada da situação atual das emissoras públicas de TV brasileiras, estas duas emissoras foram escolhidas para servir como parâmetros. Ambas emissoras estão vinculadas a entidades privadas e que prestam serviços públicos e são responsáveis por cerca de 80% (oitenta por cento) de toda a produção e distribuição da programação veiculada por todas as emissoras públicas do País. A partir do estudo histórico das televisões públicas brasileiras, da análise do funcionamento e financiamento das principais emissoras públicas do mundo e de obstáculos legais e filosóficos que dificultam a obtenção de recursos, são apresentadas propostas de financiamento, que complementem o orçamento destas emissoras.

TV PÚBLICA, FINANCIAMENTO, COMUNICAÇÃO SOCIAL – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ABSTRACT

FRADKIN, Tatiana. **Financiamento da TV Pública**: Um Estudo Exploratório Baseado na TV Cultura de São Paulo e na TVE do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Analysis of financing alternatives of public broadcasting stations, based on the study of the budgets of TV Cultura de São Paulo and TVE do Rio de Janeiro, that are considered responsible for the Brazilian Public Television Network. In order to provide a detailed analysis of the current situation of the public TV stations in Brazil, these two TV stations were chosen to serve as parameters. Both TV stations belong to private entities that provide public services and are responsible for nearly 80% (eighty percent) of all the production and distribution of the programming broadcasted by all the Brazilian public TV stations. Based on the historical study of Brazilian's public broadcasting stations, on the analysis of the functioning and the financing of the main public broadcasting stations in the world and the legal and philosophical obstacles that complicate the obtainment of resources, the study presents financing proposals that may complement the budget of those public stations.

PUBLIC TV, FINANCING, SOCIAL COMMUNICATION – FINAL COURSE WORK

LISTA DE SIGLAS

ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais
ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
APCA – Associação Paulista de Críticos de Artes
BBC – British Broadcasting Corporation
CPB – Corporation of Public Broadcasting
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa
FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
MEC – Ministério da Educação
NET – Operadora de TV por Assinatura
NHK – TV Pública Japonesa
ONG – Organização Não-Governamental
PBS – Public Broadcasting System
RAI – RadioTelevisione Italiana
RPTV – Rede Pública de Televisão
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
RTVE – Radio Televisión Española
SECOM – Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SINTED – Sistema Nacional de Televisão Educativa
TV – Televisão
TVA – Operadora de TV por Assinatura via MMDS
TVE – TV Educativa
TVU – TV Universitária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição Percentual por Fontes de Receitas da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro	33
Quadro 2 – Distribuição das Receitas e Despesas da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro e seus Respectivos Resultados Operativos	33
Quadro 3 – Serviços Prestados pela BBC	37
Quadro 4 – Subdivisões e Companhias da BBC e suas Funções	40
Quadro 5 – Subsidiárias da RAI e suas Funções	42
Quadro 6 – Distribuição Percentual por Fonte de Financiamento das Principais TVs Públicas do Mundo	49
Quadro 7 – Distribuição das Receitas e Despesas das Principais TVs Públicas do Mundo e Seus Respectivos Resultados Operativos	50
Quadro 8 – Análise das Vantagens e Desvantagens das Possibilidades de Financiamento Estudadas	67

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Descrição dos Serviços Prestados pela BBC

75

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Grade de Programação Exibida em Rede	79
Anexo B – Objetivos Estratégicos	80
Anexo C – Objetivos da BBC estabelecidos para 2003/2004	81
Anexo D – Princípios Éticos da Televisão Pública Brasileira	82
Anexo E – Sexta Versão da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa	83

SUMÁRIO

<u>Referências</u>	69
<u>Apêndice</u>	74
<u>Anexos</u>	78
<u>1 Introdução</u>	
1.1 Apresentação do Tema	13
1.2 Justificativa de Importância do Estudo	15
1.3 Objetivo	16
1.4 Delimitação do Estudo	17
1.5 Metodologia Usada	19
1.6 Organização do Estudo	19
<u>2 Síntese Histórica das TVs Públicas Brasileiras</u>	
2.1 As Primeiras TVs Públicas no Brasil	21
2.2 O Surgimento da TV Cultura de São Paulo	21
2.3 O Surgimento da TVE do Rio de Janeiro	25
<u>3 Funcionamento e Financiamento da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro</u>	29
3.1 A TV Cultura de São Paulo	29
3.2 A TVE do Rio de Janeiro	30
3.3 Considerações Comparativas entre a TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro	33
<u>4 O Financiamento das Principais TVs Públicas do Mundo</u>	34
4.1 BBC	35
4.2 RAI	41
4.3 TVE	43

4.4 PBS	45
4.5 RTP	46
4.6 Considerações Comparativas entre as Principais TVs Públicas do Mundo	48
<u>5 Obstáculos Filosóficos e Legais Relacionados ao Financiamento das TVs Públicas Brasileiras</u>	51
5.1 Um Problema de Ordem Filosófica	51
5.2 Um Problema de Ordem Legal	54
<u>6 Possibilidades de Fontes de Financiamento</u>	58
6.1 Análise de Alternativas que Visam ao Aumento de Receita	59
6.1.1 Criação de Fundos Nacionais ou Estaduais	59
6.1.1.1 Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Cobrança de Taxa sobre Propriedade de Aparelhos de TV	60
6.1.1.2 Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Percentual das Loterias	61
6.1.1.3 Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Empresas Produtoras de aparelhos de TV	62
6.1.2 Inserção de Propaganda na Programação	63
6.1.3 Participação nas Verbas de Publicidade do Governo Federal	64
6.1.4 Venda de Produtos Realizados pelas TVs Públicas	64
6.2 Análise de Alternativas que Visam à Redução de Despesas	65
6.2.1 Terceirização da Produção	65
6.2.2 Melhoria dos Processos de Produção	66
6.3 Análise Comparativa entre as Possibilidades de Financiamento Estudadas	67
<u>7 Considerações Finais</u>	68

1 Introdução

1.1 Apresentação do Tema

A televisão surgiu nos anos 20 do século passado quando foram inventados os primeiros aparelhos. No entanto, as transmissões só tiveram início na década seguinte, mesmo assim de forma bastante restrita. O início verdadeiro, com distribuição de canais e venda, a preços razoáveis, de aparelhos receptores só veio a ocorrer nos anos 40 (HISTÓRIA, 1997.a).

Na Europa, a televisão surgiu como uma iniciativa do Estado. Os principais países europeus mantiveram, durante anos, um sistema exclusivamente estatal de televisão, alguns dos quais existem ainda hoje, como a BBC de Londres, a RAI italiana, e a TVE espanhola. A televisão comercial europeia é uma experiência relativamente recente. Por outro lado, nos Estados Unidos a televisão surgiu como resultado exclusivo dos esforços desenvolvidos pela iniciativa privada (*Ibid*).

No Brasil, a televisão surgiu em 1950 e o modelo adotado foi o norte-americano. A primeira emissora a entrar no ar foi a TV Tupi de São Paulo que pertencia ao grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Nos 15 anos seguintes surgiram outras emissoras, tais como a TV Paulista, a TV Record e a TV Excelsior, todas pertencentes a empresas privadas. Somente em 1967, foi implantada a primeira emissora pública, denominada tecnicamente de educativa, a TV Universitária de Pernambuco, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco. A TV Cultura de São Paulo, já havia sido criada em 1960, mas pertencia aos Diários Associados e só passou a ser mantida pelo poder público em setembro de 1968 (*Ibid*).

Em 27 de agosto de 1962, durante o governo do Presidente João Goulart, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.117 que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações. Este Código, com algumas alterações, está vigendo até hoje, e não previa a existência de emissoras públicas (BRASIL, 1962). Somente em 28 de fevereiro de 1967, o Governo Federal, exercido na época pelos militares, baixou o Decreto-Lei nº 236, com o intuito de complementar e modificar o Código (BRASIL, 1967). Este dispositivo legal foi o primeiro a prever a possibilidade da implantação de emissoras educativas (THEODORO JUNIOR, 1997).

Esta possibilidade está expressa nos Arts. 13 e 14 do referido Decreto-Lei, cujo conteúdo é o seguinte:

Art. 13 - A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14 - Somente poderão executar serviços de televisão educativa:

- A) A União
- B) Os Estados, Territórios e Municípios;
- C) As Universidades Brasileiras;
- D) As Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações (BRASIL, 1967).

Portanto, a assim denominada TV Educativa, surgiu baseada em uma legislação que restringia bastante o conteúdo de sua programação e as possibilidades de captação de recursos. À época, isto fazia sentido, pois o Governo Federal considerava ser uma obrigação do Estado implantar e manter este tipo de televisão (THEODORO JUNIOR, 1997).

Cumprе ressaltar, ainda, que vários são os termos que passaram a ser utilizados, para identificar as emissoras de TV não comerciais.

Técnica e legalmente essas emissoras, como já explicado anteriormente, foram definidas como TVs Educativas. Não há, na legislação vigente, nenhuma outra qualificação ou denominação e, por esta razão, esta é a nomenclatura adotada tanto pelo Ministério das Comunicações quanto pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

De acordo com o Ministério das Comunicações, os serviços de radiodifusão podem ser classificados, quanto à modalidade, em: Radiodifusão Comercial e Radiodifusão Educativa. A Radiodifusão Educativa divide-se em: Radiodifusão Comunitária, Retransmissora de Televisão Educativa, Rádio Educativa e Televisão Educativa, não havendo menção à qualquer outra denominação (BRASIL, 199?).

No entanto, algumas TVs Educativas, no ato de sua criação, adotaram o nome de TV Cultura. Outras, por estarem vinculadas a universidades, adotaram o nome de TVs Universitárias. Ainda, cumpre registrar que, nos últimos anos, as emissoras integrantes da Associação de Emissoras Públicas Educativas e Culturais, ABEPEC, resolveram adotar a denominação de TV Pública.

Neste trabalho, foi adotado o termo TV Pública ao se fazer referência a estas emissoras, pois esta é a denominação por estas utilizada. Porém, pode-se, afirmar que todas as emissoras públicas, educativas, culturais ou universitárias não comerciais são, legalmente, emissoras educativas.

1.2 Justificativa de Importância do Estudo

A televisão é, sem dúvida, uma mídia poderosa e de enorme alcance, capaz de promover a massificação dos valores por ela difundidos. A missão da TV Pública é transmitir uma programação, que consiga informar, educar e fornecer acesso

irrestrito à cultura. Além disto, é papel da TV Pública preocupar-se com os interesses da sociedade e do cidadão telespectador (LEAL FILHO, 1988).

O principal desafio que esse tipo de TV enfrenta é manter o caráter educacional de sua programação, enfrentando o conteúdo das TVs comerciais na luta pela audiência, apesar de ter recursos tecnológicos e financeiros bem menores (*Ibid*).

Outro importante obstáculo que todas as TVs Públicas enfrentam, diariamente, é a busca por verbas. Apesar de vetada pela Lei nº 4.117, a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro têm buscado maneiras de inserir propagandas em sua programação, fato que gera grande protesto das TVs comerciais (DINES, 1999).

Além disso, os recursos que mantêm atualmente estas emissoras não têm conseguido fazer face aos seus gastos operacionais regulares e nem permitido que sejam realizados investimentos de manutenção e de atualização tecnológica.

Cabe ressaltar a evidente importância das TVs Públicas e também a necessidade de identificar novas fontes de recursos que possam mantê-las, sem que tenham que se desviar de seu propósito educacional.

1.3 Objetivo

Neste trabalho, têm-se como objetivos identificar os principais problemas de financiamento enfrentados pelas TVs Públicas, mais especificamente pela TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro, e propor possíveis alternativas capazes de apoiar a sobrevivência dessas emissoras.

As alternativas apresentadas não resolverão, cada uma por si, os problemas financeiros das TVs Públicas, porém, constituem possibilidades a serem consideradas, isoladamente ou em conjunto. Neste trabalho, o objetivo não é eleger uma alternativa ideal, uma vez que não é realizada análise quantitativa, e nem propor a isenção do Estado de seu compromisso com o financiamento destas emissoras. Visa-se a sugerir possibilidades de um financiamento proveniente de diversas fontes de recursos, não apenas os públicos.

1.4 Delimitação do Estudo

O universo das TVs Públicas brasileiras abrange mais de 100 emissoras, divididas em categorias, tais como: geradoras, aquelas que produzem pelo menos parte de sua programação e retransmissoras, aquelas que apenas reproduzem a programação da emissora a qual estão afiliadas (BRASIL, 199?).

Devido ao vasto âmbito e com o objetivo de viabilizar a elaboração deste trabalho, foram selecionadas, a princípio, como objeto de estudo, apenas as 20 emissoras associadas à Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais, ABEPEC. Essa entidade foi criada em 1998 e congrega as principais emissoras públicas das capitais brasileiras e tem como objetivo promover a integração entre suas associadas e representá-las em negociações que visem o fortalecimento financeiro dessas emissoras (ABEPEC).

Foram realizadas tentativas de contato telefônico e através do envio de questionários por e-mail para as 20 emissoras associadas à ABEPEC, porém, não houve sucesso na obtenção de respostas e, para que o trabalho pudesse ser

realizado, delimitou-se novamente o objeto de estudo, como sendo apenas aquele referente à TV Cultura de São Paulo e à TVE do Rio de Janeiro.

Justifica-se a escolha dessas emissoras, por ocuparem a posição de cabeças-de-rede, desde o surgimento das primeiras TVs Públicas no Brasil, que, em 1979, se reuniram e formaram uma rede chamada Sistema Nacional de Televisão Educativa, SINTED, que em 1983 se transformou em Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, SINRED. Em 1997, o SINRED foi substituído pela Rede Pública de Televisão, RPTV, mas as duas emissoras mantiveram papel de destaque (FRADKIN, 199?).

A posição de cabeças-de-rede implica em produzir e/ou gerenciar a maior parte da programação das emissoras públicas de todo país. No período de 1979 a 1994 a TVE do Rio de Janeiro era a principal emissora do SINTED/SINRED e, a partir de 1995, esta posição passou a ser ocupada pela TV Cultura (*Ibid*).

Atualmente, cerca de 50% das grades de programação de emissoras públicas do Brasil são constituídas por programas da TV Cultura, 30% de programas da TVE do Rio de Janeiro e 20% de programas das próprias emissoras ou de outras fontes produtoras. Portanto, cerca de 80% dos programas transmitidos por emissoras públicas do país são produzidos e/ou gerados por estas duas emissoras analisadas neste trabalho, justificando-se assim a grande importância de ambas (ABEPEC).

Esta delimitação não invalida a possibilidade de se inferir os resultados deste trabalho para aplicação nas demais TVs Públicas existentes no país.

1.5 Metodologia Usada

Este trabalho foi elaborado a partir de dados secundários pesquisados em documentos da ABEPEC. Também foram utilizados os seguintes sites da Internet: Observatório da Imprensa; Ministério das Comunicações; ANATEL; ONG TVer; TV Educativa do Rio de Janeiro; TV Cultura de São Paulo e de emissoras públicas de outros países.

Foram utilizados como fonte de informações os livros: “Atrás das Câmeras – Relações entre Cultura, Estado e Televisão” e “A Melhor TV do Mundo - O Modelo Britânico de Televisão” ambos do jornalista Laurindo Leal Filho e “O Desafio da TV Pública – Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade” uma coletânea de palestras de um encontro promovido pela TVE do Rio de Janeiro em 2003.

Outrossim, foram levantados dados primários, através de contato por telefone e e-mail, junto às emissoras TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro, acerca de seus orçamentos. Para tratamento dos dados, utilizou-se estatística básica.

1.6 Organização do Estudo

Este trabalho está organizado em sete capítulos, de maneira a abordar os aspectos mais relevantes relativos ao financiamento da TV Pública. No primeiro capítulo, foi feita a apresentação do tema através de uma resumida e breve exposição da história da televisão e do surgimento das TVs Públicas no Brasil.

O objetivo do segundo capítulo é apresentar uma síntese da história da TV Pública brasileira, destacando o histórico da TV Cultura de São Paulo e da TVE do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo, estão expostos o modelo de funcionamento e os pormenores das formas de financiamento da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro.

No quarto capítulo, foi feita uma análise do funcionamento e do financiamento das principais TVs Públicas do mundo, já que os modelos estrangeiros são uma importante fonte de inspiração e suas experiências, se estudadas e adaptadas à nossa realidade, podem gerar resultados produtivos.

No quinto capítulo, apresentam-se os obstáculos legais e filosóficos que as TV Públicas enfrentam na busca por verbas. No sexto capítulo, são sugeridas alternativas de financiamento, buscando a maneira mais adequada de conseguir novas fontes de recursos para estas emissoras.

No sétimo e último capítulo são apresentadas considerações finais, ressaltando a importância do estudo de alternativas de financiamento, que proporcionem aos telespectadores uma TV Pública de boa qualidade.

2 Síntese Histórica das TVs Públicas Brasileiras

2.1 As Primeiras TVs Públicas no Brasil

As TVs Educativas, assim denominadas nos documentos legais existentes, são, tecnicamente, aquelas que não têm fins lucrativos, nem caráter comercial. Por força de circunstâncias, adotaram várias denominações diferentes, tais como: TV Cultura, TV Universitária e TV Pública.

A primeira emissora educativa a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967. Poucos meses após sua criação, o canal conseguiu alcançar bons índices de audiência com seus programas educativos e de teatro. Comprovado o potencial desse tipo de TV, entre 1967 e 1974, surgiram oito outras emissoras educativas, a saber: TVE do Amazonas, TVE do Ceará, TVE do Espírito Santo, TVE do Maranhão, TVE do Rio de Janeiro, TVU do Rio Grande do Norte, TVE do Rio Grande do Sul e a TV Cultura de São Paulo (FRADKIN, 199?).

2.2 O Surgimento da TV Cultura de São Paulo

A TV Cultura de São Paulo surgiu em setembro de 1960, mas pertencia aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, sendo, portanto, uma TV privada à época. Em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a Cultura transmitia uma pioneira experiência de ensino através da televisão, com um curso que preparava candidatos ao exame de admissão ao ginásio (HISTÓRIA, 199?.a).

Em 1962, um incêndio tirou a TV Cultura do ar e, em 1965, quando o grupo Diários Associados estava vivendo uma crise, Chateaubriand decidiu vendê-la para o governo estadual (HISTÓRIA, 1997.a).

O projeto do governo do estado de São Paulo era transformar a TV Cultura em uma TV pública e de conteúdo educacional. Para empreender este projeto, contava com o apoio do governo federal que, em 1967, criou a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, a FCBTVE, que tinha como um de seus objetivos estimular o surgimento de novas emissoras públicas (30 ANOS, 1997).

Em setembro de 1968, foi criada a Fundação Padre Anchieta com a função de manter a TV Cultura e mais duas emissoras de rádio, a Cultura AM e a Cultura FM. Esta entidade receberia verbas do governo estadual para serem repassadas para a TV Cultura e para as emissoras de rádio. O governador do estado de São Paulo, na época, era Roberto de Abreu Sodré. Em sua concepção, uma TV pública não deveria ter vínculos políticos, o que justificava a criação da Fundação Padre Anchieta, que possuía autonomia administrativa por ser uma entidade de direito privado (*Ibid*).

O primeiro presidente da Fundação Padre Anchieta foi o banqueiro José Bonifácio Coutinho Nogueira. Bonifácio Coutinho tinha pressa em executar o projeto da nova TV Cultura e, para tanto, reuniu diversos profissionais do ramo para que planejassem a emissora (*Ibid*).

A Fundação Padre Anchieta já possuía o endereço que abriga, até hoje, a TV Cultura, porém, o local era restrito e existiam apenas dois estúdios (*Ibid*).

Em 1968, tiveram início as obras de ampliação da emissora, já que o objetivo era que o canal entrasse no ar em 1969. Foram construídos um prédio de dois andares, para abrigar a diretoria, e um anexo, para abrigar o setor de operações.

Ainda em 1968, começaram a ser contratados profissionais de televisão para elaborar a programação (30 ANOS, 199?).

Em 1969, tiveram início os testes técnicos e, após dois meses de transmissões experimentais, em 15 de junho de 1969, finalmente, a TV Cultura voltou ao ar. A primeira transmissão foi constituída pelos discursos do Governador Abreu Sodré e do Presidente da Fundação Padre Anchieta, Bonifácio Coutinho. Em seguida foi exibido um clipe apresentando os planos da emissora e os programas que seriam apresentados. No dia seguinte o primeiro programa exibido foi um documentário sobre terremotos e vulcões (*Ibid*).

A grade de programação de seu primeiro dia era composta de um programa sobre artistas plásticos, um programa musical e um programa apresentado pelo diretor polonês Ziembinsky, em que um trecho de uma peça era representado. Nos dias seguintes foram surgindo novos programas, criados pela própria TV Cultura ou trazidos de outros países. Cabe observar que em seus primeiros meses, a TV Cultura permanecia apenas durante quatro horas diárias no ar (*Ibid*).

Entre os programas criados pela TV Cultura destacavam-se os musicais. A emissora pretendia tornar a música erudita conhecida entre o grande público. Em 1969, venceu o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Artes, APCA, por “Melhor programação musical do ano” (*Ibid*).

Durante os 3 primeiros anos a programação da TV Cultura foi se expandindo, surgiram alguns programas esportivos e a emissora sagrou-se pioneira na transmissão de esportes amadores. Surgiram, também, os primeiros programas de caráter jornalístico e, em 1971, o primeiro de caráter noticioso, que se chamava “Foco na Notícia” (*Ibid*).

Em 1971, Laudo Natel assumiu o governo do estado de São Paulo e reduziu as verbas que eram destinadas à TV Cultura. Natel tentou, também, promover mudanças no caráter cultural da emissora, mas como a mantenedora da TV Cultura, a Fundação Padre Anchieta, era uma entidade de direito privado, sua tentativa não obteve êxito (30 ANOS, 199?).

A redução dos recursos financeiros fez com que Bonifácio Coutinho decidisse se afastar da presidência da Fundação Padre Anchieta. Rafael Norchese, que assumiu o cargo, decidiu manter o caráter educativo da programação da TV Cultura mesmo diante das dificuldades financeiras (*Ibid*).

Durante a gestão de Norchese foram lançados programas infantis inovadores, sendo o mais conhecido “Vila Sésamo”, uma adaptação de um programa norte-americano, e que, em 1972, recebeu o prêmio APCA de “Melhor Programa” (*Ibid*).

A partir daí, a TV Cultura começou a colecionar prêmios por sua programação. A primeira premiação internacional para a emissora veio para o “Projeto Telescola: Matemática para 6.a série”, que recebeu o Prêmio Japão – NHK de 1975. Hoje, sua programação já soma um total de mais de 120 prêmios, com especial destaque para seus programas infantis, premiados em festivais internacionais e responsáveis pelas maiores audiências da história da emissora (*Ibid*).

Estima-se que, atualmente, o sinal da TV Cultura alcance, aproximadamente, 93.281.441 pessoas em cerca de 1885 localidades (*Ibid*).

2.3 O Surgimento da TVE do Rio de Janeiro

A TVE do Rio de Janeiro surgiu graças aos esforços do educador sergipano Gilson Amado, que, em 1966, criou a primeira experiência de educação pela TV, com um curso para adultos de ensino fundamental, transmitido pela extinta TV Continental (HISTÓRIA, 1997.b).

Entusiasmado com a idéia de educar, pela televisão, a população que não podia ir à escola, o governo federal criou, em 1967, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, FCBTVE, e nomeou Gilson Amado presidente (*Ibid*).

A FCBTVE passou a funcionar como um centro produtor de programas educativos, que eram transmitidos em circuito fechado de TV, em sua sede à época, um imóvel em Copacabana (*Ibid*).

Em 1970, o Ministério das Comunicações regulamentou um dispositivo do Código Brasileiro de Telecomunicações, que determinava que as emissoras comerciais de radiodifusão deveriam reservar cinco horas semanais para a transmissão de programas educativos. Como as emissoras comerciais não conseguiam cumprir esta determinação, a FCBTVE se comprometeu a distribuir seus programas educacionais a elas. Eram atendidas mais de 30 emissoras espalhadas pelo país (*Ibid*).

Em 1971, após alguns contatos com o governo alemão e com o objetivo de suprir as necessidades de produção, foi assinado um acordo com a Fundação Konrad Adenauer, firmando a doação de equipamentos, para a construção de um Telecentro na FCBTVE (*Ibid*).

Dispondo de avançados equipamentos a FCBTVE começou a produzir novos projetos, entre eles destaca-se o curso supletivo com formato de telenovela, “João

da Silva”, idealizado por Gilson Amado. Como ainda não possuía um canal para a exibição de seus projetos, estes eram transmitidos apenas pelas TVs comerciais. Somente em 1973, a FCBTVE recebeu a concessão para a difusão de sons e imagens no canal 2 (HISTÓRIA, 1997.b).

Em novembro de 1975, tiveram início os testes em caráter experimental para o funcionamento do canal 2 e eram exibidos projetos de programas. Em 1976, ainda funcionando em caráter experimental, finalmente, a novela pedagógica “João da Silva” estreou no canal 2. Durante essa fase inicial a TVE permanecia apenas cerca de três horas no ar (*Ibid*).

Em 1977, esgotou-se o prazo de funcionamento provisório do canal, que foi, então, autorizado a funcionar em caráter permanente. A partir daí a programação definitiva do canal foi implementada e seu tempo de permanência no ar se estendeu para seis horas diárias e novos programas foram surgindo (*Ibid*).

Em 1979, foi organizado o Sistema Nacional de Televisão Educativa, SINTED, que reunia as nove emissoras de TV Educativa que existiam naquela época. (HISTÓRIA, sd.b) Eram elas: a TVU de Pernambuco, a TV Cultura de São Paulo, a TVE do Rio de Janeiro, TVE do Amazonas, TVE do Ceará, a TVE do Espírito Santo, a TVE do Maranhão, a TVU do Rio Grande do Norte e a TVE do Rio Grande do Sul (FRADKIN, 1997).

O objetivo do SINTED era promover o compartilhamento de equipamentos e de programas, que eram transmitidos em rede por estas emissoras. Em 1983, o SINTED passou a se chamar Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, SINRED, pois as rádios educativas foram incluídas (HISTÓRIA, *op.cit*).

Nesse período, a TVE assumiu a posição de principal emissora do sistema, pois produzia a maior parte dos programas que eram compartilhados e por ser a

única emissora educativa a ter acesso, primeiramente, ao sistema de microondas da Embratel e, depois, em 1987, ao satélite Brasilsat, também da Embratel. Somente em 1995, a TV Cultura passou a ser a principal emissora do sistema, papel que ocupa até hoje (HISTÓRIA, 1997.b).

Em 1982, a FCBTVE alterou sua denominação para Funtevê e passou a ter a responsabilidade de coordenar e operar o SINRED. Em 1990, outra mudança ocorreu e a Funtevê passou a se chamar Fundação Roquette Pinto. Em 1995, o SINRED foi informalmente desativado e a Fundação Roquette Pinto se desvinculou do Ministério da Educação e Cultura, MEC, passando para o âmbito da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, SECOM (*Ibid*).

Dois anos depois, o governo federal extinguiu a Fundação Roquette Pinto, substituindo-a por uma organização social, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, ACERP. (THEODORO JUNIOR, 1997)

Uma nova tentativa de compartilhamento de programas entre as emissoras educativas brasileiras surgiu, em 1999, com a criação da Rede Pública de Televisão, RPTV. O objetivo era estabelecer uma grade de programação comum para todas as emissoras associadas à ABEPEC. Essa rede ainda existe, porém, sua grade semanal é composta de cerca de 15 programas, que são exibidos em determinadas faixas de horário¹. (ABEPEC)

Atualmente, a programação da TVE do Rio de Janeiro fica no ar durante cerca de 19 horas diárias. Seu sinal é retransmitido por uma rede de aproximadamente 90 emissoras afiliadas, que constituem a chamada Rede Brasil.

O sinal da TVE também é transmitido, em circuito fechado, pelos sistemas de TV por assinatura da SKY, NET e TVA, além de ser enviado por satélite, podendo ser

recebido pelas milhares de antenas parabólicas espalhadas pelo país (HISTÓRIA, 1997.b).

¹ Para conhecer a grade de programas exibidos pelas emissoras da RPTV associadas à ABEPEC

3 Funcionamento e Financiamento da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro

Conhecer a estrutura institucional e analisar os orçamentos da TV Cultura de São Paulo e da TVE do Rio de Janeiro é de fundamental importância para a melhor compreensão da necessidade de busca por novas fontes de recursos.

3.1 A TV Cultura de São Paulo

A Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, entidade mantenedora da TV Cultura, é uma fundação de direito privado. Criada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1967, é administrada por um Conselho Curador formado por 20 membros representantes da sociedade, 21 membros natos, 3 membros vitalícios e 1 representante dos empregados, além de ter como membro emérito, em memória, o governador do Estado de São Paulo, à época da criação da Fundação Padre Anchieta, Roberto de Abreu Sodré (CARMONA, 2003).

O Conselho é responsável por nomear uma Diretoria Executiva que gerencia a emissora, devendo prestar contas ao Conselho (*Ibid*). Esta Diretoria é formada por diretores: de programação, técnico, de jornalismo e de marketing e vendas, além de um Diretor Presidente, que, atualmente, é Mauro Mendonça.

Apesar de depender da dotação governamental, a Fundação Padre Anchieta, por ser uma entidade de direito privado, possui autonomia política e administrativa (*Ibid*).

Em 2003, a dotação governamental destinada à Fundação Padre Anchieta e repassada à TV Cultura foi de R\$ 86.102.414,00, representando 72% da Receita total da emissora (BALANÇO, 2004b).

O total de receitas próprias geradas pela TV Cultura através de propaganda sob a forma de apoio cultural e patrocínio, além da prestação de serviços em áreas em que possui experiência, chegou ao montante de R\$ 31.894.847,00, o que representou 27% da receita total da emissora (*Ibid*).

A diretoria de marketing da TV Cultura lançou, em 2004, uma seção em seu site voltada exclusivamente para o mercado publicitário, onde podem ser encontradas informações para agências de publicidade e anunciantes (30 ANOS, 199?).

A prestação de serviços, outra fonte de recursos próprios, conta com a Rede Empresa, criada para viabilizar a venda de serviços, tais como: produção, gravação, edição e finalização, além da venda de subprodutos da programação (*Ibid*).

O total de despesas da TV Cultura, em 2003, chegou à quantia de R\$ 126.334.778,00, gerando um resultado operativo negativo de R\$ 8.337.517. A maior parte deste total foi resultante de gastos com pessoal e equipamentos. O resultado operativo de 2002 também havia sido deficitário e de cerca de R\$ 12 milhões (BALANÇO, 2004b).

3.2 A TVE do Rio de Janeiro

A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, ACERP, entidade a qual a TVE do Rio de Janeiro está vinculada, foi criada em 1998, quando o governo federal extinguiu a Fundação Roquette Pinto e criou a Organização Social (THEODORO JUNIOR, 1997).

A ACERP representou a primeira experiência de implantação no país, na área de radiodifusão, do modelo de Organização Social. De acordo com a Lei 9.637 instituída em 1998, são qualificadas como organizações sociais, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas a áreas como o ensino e a cultura (BRASIL, 1998).

A ACERP é uma instituição que atua na área de radiodifusão, operando um complexo de rádio e TV, que inclui no Rio de Janeiro: uma emissora de televisão, a TVE do Rio de Janeiro e duas emissoras de rádio, a MEC AM e FM. No Maranhão: uma emissora de televisão, a TVE do Maranhão e em Brasília: uma emissora de rádio, a MEC AM. Sua Diretora Presidente, desde 2002, é a jornalista e radialista Beth Carmona (HISTÓRIA, 1997b).

De acordo com o disposto na lei de criação das Organizações Sociais, a ACERP possui um Contrato de Gestão com a SECOM que discorre sobre as metas a serem atingidas², as dotações e recursos e as prestações de contas (BRASIL, *op.cit*).

Cabe ressaltar, ainda, que a Lei 9.637/98, que criou as Organizações Sociais, e o Contrato de Gestão, firmado entre a SECOM e a ACERP, exigem que seja realizada, por parte da ACERP, a manutenção de seus bens, já que constituem patrimônio da União. Porém, com os atuais recursos, obtidos pela ACERP esta tem sido uma tarefa difícil (BRASIL, *op.cit*).

A dotação governamental destinada, em 2003, à ACERP e repassada à TVE foi de R\$ 32.439.000,00, o que representou 64% de sua receita total. Já o total de receitas próprias obtidas pela emissora através da venda de espaço comercial em sua programação, caracterizado como apoio cultural ou patrocínio, alcançou,

também em 2003, a quantia de R\$ 18.136.229,00, representando 35% de sua receita total (BALANÇO, 2004a).

O total de receitas obtidas pela TVE em 2003 foi, portanto, a quantia de R\$ 50.575.229,00. O total de despesas chegou à quantia de R\$ 46.686.224,00, sendo a maior parte resultante de gastos com pessoal. O resultado operativo do ano de 2003 foi positivo de R\$ 3.889.005,00 (*Ibid*).

Uma análise superficial deste resultado pode tornar a afirmação da necessidade de outras fontes de recursos contraditória, porém, estes dados de natureza contábil precisam ser confrontados com a realidade da emissora.

O Parque Técnico da TVE do Rio de Janeiro não recebe investimentos há vários anos, os equipamentos estão obsoletos e causam falhas, que muitas vezes são televisionadas. A defasagem, hoje, é muito grande e demanda uma grande quantidade de recursos, para que seja realizada uma atualização técnica. A produção de novos programas tem se caracterizado, pela escolha, em grande parte, de produtos realizados em estúdios, que exigem menos verbas do que outros formatos.

Além disto, o resultado do ano de 2003 não constitui uma realidade contínua da emissora, que em 2002 acumulou um déficit orçamentário de R\$ 687.102,00 (*Ibid*).

Estes dados deixam claras as necessidades e dificuldades enfrentadas diariamente pela TVE e comprovam a importância de novas fontes de recursos que possam complementar seu orçamento.

² Para conhecer as metas a serem atingidas pela ACERP, de acordo com o Contrato de Gestão, ver:

3.3 Considerações Comparativas entre a TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro

No quadro 1, pode-se analisar as fontes de receitas da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro.

Fontes de Receitas	TV Cultura de São Paulo (1)	TVE do Rio de Janeiro (2)
Receitas do Governo	Governo Estadual 72,97%	Governo Federal 64,14%
Receitas Próprias	27,03%	35,86%
Total	100%	100%

(1) Dados do Orçamento de 2003 / (2) Dados do Orçamento de 2003

Quadro 1 : Distribuição Percentual por Fontes de Receitas da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro

No quadro 2, pode-se analisar as receitas, despesas e respectivos resultados operativos das emissoras TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro.

TVs Públicas Brasileiras		
Total de Receitas	TV Cultura (1) 117.997.261	TVE (2) 50.575.229
Total de Despesas	126.334.778	46.686.224
Resultado Operativo	(-) 8.337.517	(+) 3.889.005

(1) Dados do Orçamento de 2003 / (2) Dados do Orçamento de 2003.

Quadro 2 : Distribuição das Receitas e Despesas da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro e seus Respectivos Resultados Operativos

4 O Financiamento das Principais TVs Públicas do Mundo

Neste capítulo, tem-se por objetivo analisar o funcionamento das principais TVs públicas do mundo, ressaltando suas formas de financiamento, na tentativa de utilizar a experiência destas TVs como fontes de inspiração na busca de propostas de soluções para os problemas enfrentados pelas TVs Públicas brasileiras.

Optou-se por analisar os dados das seguintes TVs européias: British Broadcasting Corporation (BBC), Radio Televisione Italiana (RAI), Radio Televisión Española (RTVE), e a Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Essas emissoras foram escolhidas por serem os principais serviços públicos de rádio e televisão de seus respectivos países, além de serem transmitidas para diversas partes do mundo. São analisados, também, dados da norte-americana Public Broadcasting Service (PBS), que foi escolhida por reunir grande parte das emissoras públicas dos EUA e constituir um sistema peculiar, cuja importância deve ser analisada.

Na Europa, o sistema estatal predominou até meados da década de 80. Acreditava-se que os meios de comunicação não podiam sofrer influências políticas ou comerciais, justificando-se assim a adoção deste modelo (LEAL FILHO, 1997). Já nos Estados Unidos o primeiro modelo a se desenvolver foi o comercial e somente depois surgiu o modelo público de televisão, representado pela PBS (CARMONA, 2003).

A seguir, apresentam-se sínteses do modelo de funcionamento e de financiamento adotado por estas TVs Públicas, dispostas em ordem decrescente de valor orçamentário.

3.1 BBC

A BBC foi criada oficialmente em 18 de outubro de 1922. Na época sua sigla significava *British Broadcasting Company* e era uma empresa privada, que pertencia a seis grandes empresas britânicas interessadas na comercialização de equipamentos radiofônicos e foi formada para implantar o rádio na Grã-Bretanha. Estas seis empresas eram: a Marconi Company, a Metropolitan Vickers, a Western Electric Company, a Radio Communication Company, a General Electric Company e a British Thomson-Houston Company (LEAL FILHO, 1997).

Um de seus diretores era John Reith, um engenheiro escocês. Apesar de a companhia ter sido criada com a intenção comercial de vender rádios, Reith tinha um propósito maior. Ele vislumbrava uma emissora capaz de educar, informar, entreter e que fosse livre de interferências políticas e de pressões comerciais (*Ibid*).

Uma greve geral em 1926 trouxe à BBC seu primeiro confronto com o governo a respeito de sua independência editorial. Na época não havia nenhum outro jornal sendo publicado regularmente e a população se voltou para a BBC em busca de notícias. Winston Churchill, então Chanceler de Relações Exteriores, recomendou que o governo assumisse a BBC, mas John Reith convenceu o Primeiro Ministro, Stanley Baldwin, de que isso estaria contra os interesses da nação (*Ibid*).

Em 1927, sofrendo com disputas internas em torno dos direitos sobre as patentes do rádio, a companhia foi dissolvida, e conforme John Reith já vinha pleiteando junto ao Primeiro Ministro, transformada em uma corporação pública, passando a se chamar *British Broadcasting Corporation* e tendo Reith se tornado o primeiro Diretor Geral (*Ibid*).

Nos anos 40, durante a guerra, a BBC conseguiu se popularizar pois dispunha de uma unidade de reportagens que foi capaz de fazer uma cobertura quase em tempo real dos principais acontecimentos. A população, que ansiava por notícias, criou o hábito de acompanhar os noticiários da rádio BBC (ANNUAL, 2004).

Em 1953, a transmissão da coroação da Rainha Elisabeth II atraiu cerca de 22 milhões de espectadores e foi responsável pela popularização da televisão. A partir daí tornou-se evidente que a TV seria tão importante quanto o rádio (LEAL FILHO, 1997).

Nos anos 60 o conteúdo da programação se tornou mais variado e se iniciaram as transmissões a cores. Nos anos 70 a emissora passou a oferecer mais programas de conteúdo educacional (*Ibid*).

Os anos 80 foram uma década competitiva para a BBC pois foram lançados novos canais comerciais. Em 1985, durante o governo da Primeira Ministra Margareth Thatcher, foi constituída uma comissão, cujo objetivo era analisar a possibilidade de veiculação de propaganda pela BBC. Thatcher esperava com isso iniciar a privatização da corporação, porém, o resultado da comissão não foi o esperado e a BBC continuou a ser mantida pelos seus espectadores (*ibid*).

Os anos 90 marcaram o início da tecnologia digital e da Internet. No final da década o site da BBC já havia se tornado o mais visitado da Europa (ANNUAL, *op.cit*).

Hoje, a BBC é constituída por um notável sistema de comunicação, que presta os serviços apresentados no quadro a seguir.

Televisão Britânica	Rádio Britânico	Serviços pela Grã-Bretanha	Serviços pelo Mundo
BBC ONE	RADIO 1	ENGLAND LOCAL TELEVISION E RADIO	BBC WORLD SERVICE (43 EMISSORAS DE RÁDIO)
BBC TWO	RADIO 2	SCOTLAND	
BBC THREE	RADIO 3	WALES / CYMRU	BBC AMERICA
BBC FOUR	RADIO 4	NOTHERN IRELAND	BBC CANADA
CBBC	1XTRA	BBC ORQUESTRAS	BBC FOOD
CBEEBIES	FIVE LIVE	BBC SINGERS	BBC KIDS (CANADA)
BBC NEWS 24	FIVE LIVE SPORTS EXTRA	BBC WEBSITES	BBC PRIME
BBC PARLIAMENT	6 MUSIC	BBC LEARNING E EDUCATION	BBC WORLD
INTERACTIVE TV	BBC 7	---	ANIMAL PLANETS
---	ASIAN NETWORK	---	PEOPLE+ARTS
---	---	---	UKTV
---	---	---	UKTV (AUSTRALIA)

Quadro 3 : Serviços prestados pela BBC³

Todo esse sistema é gerido por um diretor geral, apoiado por nove diretores executivos. Esses diretores são responsáveis pelas divisões: Rádio e Música; Televisão; Estratégia e Distribuição; Novas Mídias e Tecnologia; Marketing, Comunicação e Audiência; e Pessoal e gerenciam os negócios diários da BBC (ANNUAL, 2004).

O diretor geral responde a um conselho de governadores formado por doze pessoas que são os representantes do interesse público (telespectadores e ouvintes). O Conselho têm a função de avaliar tudo que a BBC produz e também os novos projetos, garantindo a qualidade da programação. Este grupo é designado pela Rainha, seguindo recomendações de ministros (*Ibid*).

³ Para compreender melhor os serviços prestados pela BBC, ver Apêndice A: Descrição dos Serviços Prestados pela BBC

A BBC é estabelecida por uma Carta Patente Real. Este documento legal orienta seu funcionamento e estabelece sua relação com o estado. A Carta atual foi assinada em 1996 e expira em 2006. O Conselho de Governadores analisa as metas⁴ estabelecidas pela Carta e verifica se foram cumpridas, para que esta possa ser renovada. Um documento aditivo, chamado de “Licença e Contrato”, reconhece sua independência editorial e fixa suas obrigações públicas (CARMONA, 2003).

A principal fonte de financiamento da BBC é a taxa de licenciamento. Esta taxa é paga por domicílio onde haja aparelhos de televisão. A taxa anual de licenciamento para aparelhos de TV a cores é de £ 116, cerca de R\$ 580,00; para aparelhos preto e branco, a taxa é de £ 50, cerca de R\$ 250,00. Esta taxa gera uma receita anual de 2,5 bilhões de libras, equivalente a 12,5 bilhões de reais. Isto equivale a cada habitante pagar 12 centavos de libras (60 centavos de Real), por dia, para ter uma televisão de alta qualidade. A taxa de licenciamento foi responsável por 76% do orçamento total da BBC em 2004, que foi de 3,7 bilhões de Libras (ANNUAL, 2004).

Esta taxa de licenciamento é utilizada para financiar os serviços da BBC apresentados no quadro 4, nas colunas Televisão Britânica, Rádio Britânico e Serviços pela Grã-Bretanha.

A BBC possui outras fontes de renda que são aplicadas na manutenção dos serviços internacionais da emissora, já que, a taxa paga pelos britânicos atende exclusivamente aos custos da BBC Britânica. Existem duas formas de financiamento para os serviços internacionais apresentados no quadro 4, na coluna Serviços pelo Mundo: verbas oriundas do governo e verbas oriundas de atividades comerciais. A verba governamental financia a BBC World Service e as 43 emissoras de rádio

⁴ Para conhecer as metas estabelecidas pela Carta Patente Real ver Anexo C: Objetivos da BBC

internacionais e equivale a 6,5%, cerca de 243 milhões de Libras, do total do orçamento da BBC em 2004. Já os outros serviços são financiados por atividades comerciais de subdivisões e companhias da BBC, que são analisadas a seguir (ANNUAL, 2004).

Existem 14 companhias e subdivisões separadas que operam junto ao resto da BBC. Seus lucros retornam à BBC, como já mencionado anteriormente, para complementar seu financiamento. Essas operações comerciais foram responsáveis por 17,5%, cerca de 645 milhões de Libras, do orçamento total da BBC em 2004. No quadro 4 são apresentadas estas empresas e suas funções (*Ibid*).

Subdivisões e Companhias	Funções
BBC World Wide Limited	É a subsidiária comercial da BBC. Negocia o valor comercial dos programas e serviços da BBC. Vende programas, revistas, livros, fitas, DVDs, CDs e outras mercadorias.
BBC Ventures Group	Fornecer gerenciamento de mídia e serviços de distribuição para a BBC e para outros clientes de mídia.
BBC Resources	É uma das maiores instalações de produção do Reino Unido. Oferece serviços que incluem estúdios, transmissões externas, figurinos e perucas
BBC Technology	Oferece soluções de mídia, de transmissão e aplicações interativas para a BBC e outras companhias.
BBC Broadcast	Oferece serviços de gerenciamento de canais através de plataformas multimídia
BBC Vecta	Representa a BBC na exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual. Trabalha junto com a BBC Research e Development para trazer para o mercado as últimas tecnologias de mídia.
BBC Monitoring	Fornecer notícias, informações e comentários reunidos de veículos de massa de todo o mundo.
BBC Research Central	Fornecer informações, gravações, pronunciamentos e serviços de pesquisa de rádio e fotografias
BBC Internacional Unit	Fornecer instalações de TV para jornalistas do mundo inteiro que transmitem do Reino Unido
BBC Training and Development	Oferece cursos, treinamentos e serviços de consultoria para auxiliar pessoas e empresas que trabalham em emissoras.
beeb.net	Serviço de acesso à Internet da BBC
bbcshop.com bbccanadashop.com bbcamericashop.com	Oferecem serviços de vendas da BBC World Limited

Quadro 4 : Subdivisões e Companhias da BBC e suas funções:

Em 2003, o total de gastos da BBC, cerca de 4 bilhões de Libras, superou sua receita total, produzindo um resultado operativo negativo de 295 milhões de Euros (ANNUAL, 2004).

Todo ano a BBC produz e divulga um relatório de prestação de contas, que é apresentado ao Parlamento e divulgado no site da emissora. A empresa considera ser essencial que o público, que ajuda a manter a emissora através do pagamento da taxa de licenciamento, possa acompanhar como seu dinheiro é utilizado, valorizando assim a transparência da emissora (ANNUAL, 2004).

3.2 RAI

A RAI realizou sua primeira transmissão televisiva em 1954. Na época, os aparelhos receptores de TV ainda eram escassos e encontrados apenas nas casas de privilegiados e em locais públicos. Com o objetivo de promover a unificação cultural e lingüística do país, a televisão passou a se difundir com grande rapidez (RAI, 2002).

Hoje, a televisão é a principal fonte de informação e entretenimento das famílias italianas e a RAI é a maior agência de radio e televisão da Itália. A RAÍ é transmitida em três canais nacionais, que são : *RAI UNO*, *RAI DUE* e *RAI TRE*. É transmitida para América do Norte, América Latina, África, Ásia, Oceania e Europa através do canal RAI Internacional. Além disso, possui cinco canais temáticos, transmitidos via satélite, que são : *RAI Sport Satellite*, *RAI News 24*, *RAI Edu Lab 1* e *2* e *RAI Med* (RAI, 2002).

Assim como a BBC, o grupo RAI opera de acordo com um modelo organizacional baseado em atividades descentralizadas e gerenciadas por subsidiárias (*Ibid*). A seguir, no quadro 5, são apresentadas estas subsidiárias e suas funções.

Subsidiárias	Funções
RAI WAY	Gerencia a transmissão e distribuição do sinal de Rádio e Televisão.
SIPRA	Vende publicidade no Rádio e Televisão em nome da RAI.
RAI SAT	Produz o conteúdo editorial dos canais temáticos.
RAI TRADE	Faz o marketing dos produtos da RAÍ.
RAI CINEMA	Adquire e faz o marketing dos direitos audiovisuais da RAI. Produz filmes para a TV com apelo comercial.
RAI CORPORATION	Fornece assistência técnica e de produção para os programas de notícias da RAI.
RAI CLICK	Distribui produtos audiovisuais e multimídia através da Internet.
RAI NET	Desenvolve a oferta de programas e serviços da RAI na Internet.
RTV	Oferece informação e programas culturais para a comunidade de San Marino.

Quadro 5 : Subsidiárias da RAI e suas funções

A RAI possui um contrato de serviço público com o Ministério das Comunicações. O último foi assinado em janeiro de 2003 e expira em 2006. Esse contrato regulamenta suas atividades de serviço público e é renovado a cada 3 anos. De acordo com este contrato a missão da RAI é garantir uma oferta balanceada e variada de programas e assegurar que tenham qualidade e contemplem diversos gêneros (RAI, 2002).

A principal fonte de financiamento do serviço público de televisão italiano é a cobrança de um imposto anual. Este imposto, assim como a taxa de licenciamento britânica, é cobrado por domicílio que possua um ou mais aparelhos de televisão e foi responsável por 53,9%, cerca de 1,3 bilhões de Euros, do orçamento total da RAI em 2002 (*Ibid*).

O orçamento total da emissora em 2002 chegou a 2,5 bilhões de Euros. Deste total, 40,5% ou 1,03 bilhões de Euros, originou-se de propagandas. O total de gastos alcançou a quantia de 2,2 bilhões de Euros, sendo a maior parte resultante de investimentos em equipamentos e em programas. Seu resultado operativo foi, portanto, positivo e de cerca de 287 milhões de Euros (RAI, 2002).

A RAI expõe sua prestação de contas em seu site através da publicação de um relatório anual (*Ibid*).

3.3 TVE

O grupo Radio Televisión Española, RTVE, é o maior grupo audiovisual da Espanha e um dos maiores do mundo. Criado em 1977 como órgão autônomo, dependente do Ministério da Cultura, somente em 1980 se tornou uma entidade de direito público. É regido por um Conselho de Administração, formado por 12 membros, metade dos membros designado pelo Congresso e a outra metade pelo Senado (INFORME, 2002).

O grupo é composto de dois canais abertos de televisão, conhecidos como *La Primera* e *La Dos*, cinco canais temáticos, seis emissoras de rádio e a TVE Internacional, transmitida para Europa, África, Ásia e América. Os canais temáticos são: o *Canal Nostalgia*, que transmite o melhor da história da televisão; *Canal Clásico*, que transmite concertos, óperas e danças; *Canal 24 horas*, que transmite notícias; *TeleDeporte*, que transmite esportes e *Grandes Documentales*, que transmite documentários de diversos temas (*Ibid*).

A RTVE já sofreu algumas modificações para se adaptar as diversas fases da história recente da Espanha. Optou, em 1980, por se tornar uma entidade com função de serviço público, pois sua programação incluía diversos gêneros, tanto gerais como temáticos, mas favorecendo a educação e a difusão intelectual e artística (INFORME, 2002).

O financiamento da RTVE é misto, ou seja é proveniente de fundos públicos e de propaganda. A emissora tem procurado aumentar sua receita comercial, apesar da forte auto regulamentação que assume em relação a esse mercado (*Ibid*).

A RTVE Serviços Comerciais é a divisão da RTVE que se encarrega da comercialização dos espaços publicitários. O Conselho de Administração do grupo aprovou em 11 de janeiro de 2001 um conjunto de normas que controlam as propagandas veiculadas. É, por exemplo, proibido anunciar cigarros e bebidas alcoólicas e é obrigatório identificar com clareza o produto, o serviço ou a marca anunciada. Em 2002, a TVE recebeu 674 milhões de Euros resultantes da venda de espaços publicitários, 77 milhões a mais do que em 2001. A dotação de fundos públicos, uma quantia de 66,3 milhões de Euros, tem se mantido a mesma nos últimos anos (*Ibid*).

O orçamento total da RTVE no ano de 2002 foi 896 milhões de Euros, porém seus gastos, apesar de estarem diminuindo, chegaram à 1,265 bilhões gerando um resultado operativo negativo de 369.392 milhões de Euros (*Ibid*).

A RTVE presta contas ao Parlamento Espanhol através de uma comissão de controle representada por todos os grupos políticos e publica um relatório de seu orçamento em seu site (*Ibid*).

3.4 PBS

A PBS é uma corporação privada, sem fins lucrativos, cujos membros são as 349 emissoras públicas de TV americanas. Essa corporação, criada em 1969, forma um complexo sistema que centraliza os membros espalhados por todos os estados norte-americanos, oferecendo a programação, que é disponibilizada, através de pagamento, para todas as emissoras que a constituem (PBS, 2003).

Cabe ressaltar que a PBS não produz programas, apenas os obtém através de suas emissoras membro, produtores independentes e fontes diversas ao redor do mundo (*Ibid*).

A PBS está disponível para 99% dos lares americanos que possuem televisões e alcança cerca de 84 milhões de pessoas a cada semana (*Ibid*).

Existe uma corporação privada, sem fins lucrativos que participa do financiamento da PBS, chamada Corporation for Public Broadcasting (CPB). Essa corporação foi criada pelo congresso americano em 1967 e recebe uma verba anual do governo federal que é repassada para as emissoras locais que integram o sistema da PBS. Em 2003, essa verba foi responsável por 12,6%, ou 62 milhões de dólares, do total do orçamento da PBS. A CPB financia cerca de 1000 emissoras públicas de televisão e rádio americanas, além das que integram o sistema PBS (*Ibid*).

O orçamento total da PBS em 2003 foi de US\$ 498,435 milhões. A maior parte, ou 45,3%, foi proveniente de atividades comerciais, tais como, a venda de produtos educacionais e a subscrição de programas, por parte das emissoras membro (*Ibid*).

O sistema também conta com uma verba proveniente de cada estado que possui emissora membro da PBS e que, portanto, recebe sua programação e seus serviços. As verbas estaduais foram responsáveis por 30,7%, cerca de 153 milhões de dólares, do orçamento total da PBS em 2003 (PBS, 2003).

O total de gastos da PBS em 2003 chegou a 488 milhões de dólares gerando um resultado operativo positivo de cerca de 9 milhões de dólares. A PBS publica em seu site um relatório anual de prestação de contas (*Ibid*).

A TV pública nos Estados Unidos não é muito valorizada pela audiência e tem sofrido com sua crescente diminuição. Devido aos problemas enfrentados, a PBS tem pesquisado novas formas de financiamento e considerado, até mesmo, a adoção do modelo de taxa de licenciamento da BBC, mas, por enquanto, não há nenhum novo projeto definido (COMERCIAIS, 2002).

3.4 RTP

A RTP foi constituída em 1955, por iniciativa do governo e em 1956 ganhou a concessão de serviço público de televisão. A emissora iniciou suas transmissões regulares em 1957 (RELATÓRIO, 2003).

A RTP tem dois canais abertos em Portugal, a RTP1 e a RTP2. Possui também, o canal RTP Açores que é transmitido apenas para o arquipélago de Açores e o RTP Madeira transmitido apenas para o arquipélago da Madeira. A emissora transmite para o mundo através da RTP Internacional, este canal possui cobertura global e alcança 15 milhões de lares em 50 países. O canal RTP África é transmitido apenas para alguns países africanos (*Ibid*).

É de grande interesse analisar a televisão pública de Portugal, pois em 2002, enfrentando uma grave crise de identidade, estratégia e organização, a RTP decidiu se reestruturar (RELATÓRIO, 2003). Os problemas, vivenciados pela emissora, são análogos aos de TVs públicas brasileiras e por isso é importante analisar as soluções propostas.

A RTP vivia um momento de indefinição quanto a seu posicionamento. Não conseguia cumprir suas obrigações de serviço público, pois apostava em uma programação que concorria diretamente com as TVs comerciais e por isso assistia a crescente perda de sua audiência. A situação financeira era desastrosa, com prejuízos acumulados desde 1990 (*Ibid*).

Diante desse diagnóstico, o governo português decidiu definir uma nova orientação para a RTP. Essa nova orientação foi expressa, em dezembro de 2002, no documento “Novas opções para o Audiovisual” e posteriormente corroborada pela nova Lei da Televisão de setembro de 2003 (*Ibid*).

De acordo com as novas metas, a programação da RTP deveria estar de acordo com sua designação de serviço público, ou seja, garantindo a participação da sociedade e permitindo a comunicação direta com o público. Além disso, a emissora deveria introduzir uma gestão rigorosa que conseguisse reduzir os custos de funcionamento (*Ibid*).

A mudança que ocorreu na RTP, na prática, foi a reformulação de sua programação, o que resultou no aumento de sua audiência já em 2003. O principal objetivo de sua programação passou a ser divulgar o conhecimento. Os horários de exibição ganharam estabilidade e a programação infantil passou a ser cuidadosamente selecionada e voltada para o segmento infanto-juvenil. Além disso, a RTP está lançando dois novos canais, distribuídos pela televisão a cabo

portuguesa. O canal RTPN aposta em notícias e debates informativos sobre questões da atualidade e faz parte do projeto de remodelação da imagem da RTP. O outro canal, RTP Memória, será lançado até o final deste ano e irá transmitir programas de grande sucesso da história da televisão portuguesa (RELATÓRIO, 2003).

O financiamento da RTP provém não somente de fundos públicos como também de publicidade, que apesar de sofrer regulamentação, é permitida na televisão pública portuguesa (*Ibid*).

Em 2003, o orçamento total da RTP foi de 162,6 milhões de Euros, sendo 48,7 milhões de Euros provenientes da venda de espaços publicitários, 98,7 milhões de Euros de verbas do governo e 15,2 milhões de Euros de outras receitas. Seus gastos somaram 225 milhões de Euros, gerando um resultado negativo de 62,4 milhões de Euros. Esses dados podem ser consultados através do site da emissora que publica um relatório anual (*Ibid*).

Apesar deste resultado a RTP vive hoje uma situação muito diferente da crise de alguns anos atrás. Tendo conseguido reduzir seus custos operacionais a emissora pretende liquidar suas dívidas nos próximos anos(*Ibid*).

3.5 Considerações Comparativas entre as Principais TVs Públicas do Mundo

No quadro 6 pode se consultar, a distribuição dos orçamentos por fonte de financiamento das TVs anteriormente analisadas.

Formas de Financiamento	Principais TVs Públicas do Mundo				
	BBC (1)	RAI (2)	TVE (3)	PBS (4)	RTP (5)
Verbas Públicas (Governo)	Governo Federal 6,5%	---	Governo Federal 7,3%	Governo Estadual 30,7% Governo Federal 12,6%	Governo Federal 60,7%
Contribuição de Telespectadores (Licença Paga)	76%	53,9%	---	---	---
Propaganda	---	40,5%	75,2%	---	29,9%
Atividades Comerciais	17,5%	---	11,4%	45,3%	---
Outras Receitas	---	5,6%	6,1%	11,4%	9,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 6 : Distribuição Percentual por Fonte de Financiamento das Principais TVs Públicas do Mundo

(1)Dados do Orçamento de 2004. Fonte : www.bbc.co.uk

(2)Dados do Orçamento de 2002. Fonte : www.rai.it

(3)Dados do Orçamento de 2002. Fonte : www.rtve.es

(4)Dados do Orçamento de 2003. Fonte : www.rtp.pt

(5)Dados do Orçamento de 2003. Fonte : www.pbs.org

A seguir, no quadro 7, pode-se analisar a receita total de cada emissora, o total de seus gastos e, portanto, seus respectivos resultados operativos.

Principais TVs Públicas do Mundo (em R\$ 1.000,00)					
Receita Total	BBC (1) 19.196.562	RAI (2) 9.288.558	TVE (3) 3.243.886	PBS (4) 1.390.633	RTP (5) 588.612
Total de Despesas	20.728.288	8.249.256	4.581.085	1.363.174	814.500
Resultado Operativo	(-) 1.531.726	(+) 1.039.302	(-) 1.337.199	(+) 27.459	(-) 225.888

Quadro 7 : Distribuição das receitas e despesas das principais TVs Públicas do mundo e seus respectivos resultados operativos⁵

(1) Dados do Orçamento de 2004. Fonte : www.bbc.co.uk

(2) Dados do Orçamento de 2002. Fonte : www.rai.it

(3) Dados do Orçamento de 2002. Fonte : www.rtve.es

(4) Dados do Orçamento de 2003. Fonte : www.pbs.org

(5) Dados do Orçamento de 2003. Fonte : www.rtp.pt

⁵ Para tratamento dos números foram utilizadas as taxas de câmbio de 15 de novembro de 2004 :
Dólar – 2,79 Euro – 3,62 Libra – 5,18.

5 Obstáculos Legais e Filosóficos Relacionados ao Financiamento das TVs Públicas Brasileiras

Tem-se por objetivo, neste capítulo, apresentar e analisar os problemas filosóficos e legais que afetam as emissoras públicas brasileiras e o que estas emissoras têm feito para tentar se adaptar às suas realidades financeiras.

4.1 Um Problema de Ordem Filosófica

Definir o papel da TV Pública, comprovar sua importância e, portanto, justificar sua existência em meio ao sistema brasileiro de televisão, dominado pelo modelo comercial, é o problema de que trata este item.

A situação atual de recursos escassos por parte do Estado e a necessidade de busca de outras fontes de financiamento trouxeram à tona a discussão sobre a TV Pública.

Em 2003, a TVE do Rio de Janeiro realizou um seminário reunindo profissionais de TVs Públicas nacionais e internacionais, estudiosos do assunto e representantes do governo. O objetivo era discutir o conceito de TV Pública e analisar os desafios enfrentados por este tipo de emissora (CARMONA, 2003).

Três importantes questões estiveram presentes nas palestras da maioria dos convidados: a qualidade da programação, a independência editorial e a necessidade de novas fontes de recursos (HOINNEFF, 2004).

Uma das mais importantes características de uma TV Pública é a sua programação, cujo objetivo é educar, transmitir cultura e estar sintonizada com as necessidades de seu público⁶.

No Brasil, vive-se a hegemonia das TVs comerciais, cujas programações têm sido freqüentemente questionadas quanto à qualidade e quanto ao seu direcionamento a interesses comerciais (FREIRE, 1999). É necessário que as TVs Públicas tenham uma linha filosófica definida e direcionada ao interesse público, para, assim, poderem disputar a audiência, sem sacrificar seus princípios educacionais e culturais (CARMONA, 2003).

Alguns palestrantes do evento promovido pela TVE destacaram a importância de se realizar pesquisas junto aos telespectadores para se estar a par de seus interesses e em sintonia com suas necessidades, podendo assim oferecer uma programação estratégica, capaz de atrair audiência, mantendo a boa qualidade e cumprindo sua missão de promover o acesso à informação e à cultura, valorizando a criatividade e buscando estar a serviço da sociedade (*Ibid*).

A programação infantil da TV Cultura de São Paulo é um exemplo de êxito por parte das TVs Públicas. Programas como “Castelo Rá-tim-bum” conseguiram chamar a atenção do público infantil, mesmo sendo um projeto educativo e bem diferente dos exibidos pelas TVs comerciais. Como consequência, estas emissoras tiveram que rever seus padrões, pois estavam perdendo audiência (LEAL FILHO, 2004).

A partir desta experiência triunfante vivenciada pela TV Cultura é possível observar a importância das TVs Públicas estarem sintonizadas com os interesses de

⁶ Para conhecer os princípios éticos que norteiam a televisão pública brasileira, de acordo com a ABEPEC, ver Anexo D : Princípios Éticos da Televisão Pública Brasileira

seu público, buscando produzir uma programação inovadora que as posicionem como referencial.

Outro dilema, também a respeito da programação, levantado durante o seminário e que cabe mencionar, é saber para quem este tipo de TV deve estar voltada. A questão central é identificar para que público alvo a TV Pública deve se dirigir em cada horário de sua programação, se deve produzir algo para segmentos maiores e de nível de escolaridade menor ou programas mais sofisticados, voltados para um segmento menor (CARMONA, 2003).

Não existem muitas informações a respeito da audiência da TV Pública no Brasil e, percebendo essa deficiência, a TVE tem realizado pesquisas qualitativas para defini-la, mas ainda não há respostas conclusivas (*Ibid*).

Os outros dois pontos levantados, a independência editorial e a necessidade de novas fontes de recursos, estão diretamente ligados, já que quanto menos a TV Pública depender de verbas governamentais, menos chances terá de sofrer ingerências políticas (GOULART, 2004).

O fato dos recursos das TVs Públicas advirem em maior parte dos Governos gera a preocupação de que suas programações possam sofrer influências baseadas na cena política de momento (*Ibid*).

A independência editorial almejada por estas emissoras consiste na liberdade para apurar e divulgar tudo aquilo que considerarem relevante, levando sempre em conta os interesses de seu público. O objetivo é poder veicular idéias de diferentes correntes de opinião da sociedade, mantendo seu compromisso com a defesa da pluralidade e diversidade e, em consequência, gerando credibilidade (LIMA, 2004).

O jornalista Jorge da Cunha Lima, que já foi Diretor Presidente da TV Cultura e é atualmente Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta,

defendeu que as TVs Públicas constituam, assim como a TV Cultura, estruturas jurídicas institucionais independentes, dirigidas por conselhos que respondam à sociedade e não ao governo, para assim garantirem a independência editorial (LIMA, 2004).

Tendo estas três importantes questões apropriadamente adaptadas à realidade das TV Públicas brasileiras, talvez se torne possível que estas emissoras produzam um conteúdo que agrade à audiência, com autonomia editorial e recursos próprios que as mantenham como referência de excelência e inovação para o setor.

4.2 Um Problema de Ordem Legal

No Brasil, a maioria das emissoras públicas tem como principal fonte de financiamento as verbas governamentais, federais ou estaduais. No entanto, devido à crise econômica que o país enfrenta, os recursos destinados a estas emissoras têm sido irregulares e incapazes, por si só, de manterem seu funcionamento (CARMONA, 2003).

Para entender porque sustentar as TVs Públicas é um encargo exclusivo da União e dos Estados e como estas emissoras alegam ter respaldo legal para obter recursos de outras fontes, é necessário analisar a legislação que regulamenta a Radiodifusão Educativa.

A União tem competência exclusiva para legislar sobre a radiodifusão e a legislação, em vigor, que trata deste assunto é o Código Brasileiro de Telecomunicações baixado em 1962. Cabe observar que o Código não faz qualquer menção à Radiodifusão Educativa, que só veio a ser citada, em 1967, no Artigo 13 do Decreto-Lei nº 236, baixado pelo regime militar e já mencionado no Capítulo 1 (THEODORO JUNIOR, 1997).

Este Decreto-Lei, ao mencionar a Radiodifusão Educativa, impôs restrições, em relação ao conteúdo da programação destas emissoras, que nunca chegaram a serem cumpridas. De acordo com este dispositivo legal, era permitido às emissoras educativas apenas a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Porém, logo em seus primeiros meses no ar, a TV Cultura já exibia documentários e programas musicais e um dos primeiros programas exibidos pela TVE do RJ foi uma telenovela didática. Apenas o disposto no parágrafo único do Decreto-Lei 236, vetando a transmissão de propaganda e os patrocínios é que sempre foi obedecido.

Porém, em 1986, foi promulgada a Lei nº 7.505, também conhecida como Lei Sarney, que veio em sentido contrário à lei supracitada. A Lei Sarney previa que pessoas jurídicas de natureza cultural que se dedicassem às atividades por ela incentivadas, ou seja, à produção de vídeos, filmes e outras formas de reprodução videofonográfica de caráter cultural, poderiam receber doações, patrocínios e investimentos (THEODORO JUNIOR, 1997).

As TVs Educativas passaram a alegar que esta lei havia tornado o Decreto-Lei nº 236/67 sem efeito, por serem incompatíveis. Para estas emissoras o veto à transmissão de propagandas e patrocínio não cabia mais, já que a Lei Sarney fazia esta permissão em seu texto. A alegação de incompatibilidade estava baseada no Artigo 2, parágrafo 1º da Lei de Introdução ao Código Civil que estabelece que toda lei posterior revoga a anterior quando é com ela incompatível (*Ibid*).

Foi nessa época e com base nesta nova lei que a Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora da TV Cultura de São Paulo, começou a buscar recursos financeiros sob a forma de apoio cultural (LIMA, 1999).

A Lei Sarney foi posteriormente revogada e substituída pela Lei nº 8.313 de 1991, também conhecida como Lei Rouanet, mas seus princípios foram mantidos. A

Lei Roaunet acrescenta, ainda, de forma expressa, entre as atividades culturais incentivadas, a rádio e a televisão educativas e culturais, de caráter não comercial (THEODORO JUNIOR, 1997).

Outra lei que cabe mencionar, pois também abriu precedentes em relação às possibilidades de financiamento de emissoras públicas educativas foi a Lei nº 9.637 de 1998, que legisla sobre as Organizações Sociais e prevê, em seu Artigo 19, que:

As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos (BRASIL, 1998).

Cabe explicar que entende-se como publicidade institucional, a promoção da imagem de uma empresa, marca, instituição ou órgão público e não mercadorias ou serviços (KOTLER; ARMSTRONG, 1986).

Em virtude desta lei a Fundação Roquette Pinto, entidade a qual estava vinculada a TVE do Rio de Janeiro, transformou-se em uma Organização Social, modificando sua razão social de Fundação de Direito Público para Associação de Direito Privado e permitindo-a, portanto, veicular publicidade, desde que se enquadrasse no conceito de apoio cultural (THEODORO JUNIOR, *op.cit*).

Baseado em todas as modificações legais citadas é improvável que o artigo 13 do Decreto-Lei nº 236 continue se sustentando (DESAFIO, 1999). Porém, este ainda é um assunto que gera polêmica, pois este Decreto-Lei nunca foi oficialmente revogado.

A possibilidade da veiculação de propagandas nas TVs Públicas gerou o protesto da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, a ABERT, entidade que defende os interesses das redes privadas. A ABERT admite que a restrição ao patrocínio tenha sido revogada pelas leis de incentivo cultural, porém alega que o veto à propaganda permanece em vigor (PRIOLLI, 1999).

Saindo em defesa das TVs Públicas, Jorge da Cunha Lima, então Diretor Presidente da TV Cultura, evocou o princípio da dessuetude, ou seja, o desuso que invalida algumas leis com o tempo, para justificar a veiculação de propagandas (PRIOLLI, 1999).

No início do governo Fernando Henrique Cardoso, o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta anunciou estar preparando uma nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, que substituiria o Código Brasileiro de Telecomunicações. Porém, o Ministro Sérgio Motta, que morreu em abril de 1998, elaborou apenas uma versão preliminar do projeto, que nunca foi disponibilizado para consulta pública ou encaminhado ao Congresso (OBSERVATÓRIO, 2001).

Em novembro de 2001, o Observatório da Imprensa transcreveu uma audiência pública, em que era discutida a elaboração de uma nova lei, proposta pelo Ministério das Comunicações, já sob a gestão do Ministro Pimenta da Veiga e durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, também para substituir o Código Brasileiro de Telecomunicações (*Ibid*).

Este projeto de lei permitiria às TVs Educativas inserirem publicidade em suas programações⁷, desde que, não houvesse inserções no meio de programas, como fazem as TVs comerciais (*Ibid*). Porém, este projeto também se encontra abandonado, não tendo sido encaminhado para aprovação do Congresso.

Em meio a essa discussão, é necessário ressaltar que as verbas comerciais poderiam complementar o orçamento governamental das emissoras públicas, constituindo fontes alternativas de recursos, porém, não conseguiriam, por si só, resolver os problemas dessas emissoras.

6 Possibilidades de Fontes de Financiamento

Neste capítulo, tem-se por objetivo apresentar e analisar algumas alternativas de financiamento que possam ser aplicadas às TVs Públicas brasileiras de maneira a complementar seus orçamentos, já que, como apresentado anteriormente, sustentar essas emissoras apenas com a dotação governamental tem se tornado uma tarefa penosa.

As alternativas mencionadas foram identificadas a partir de experiências de emissoras públicas do mundo e em propostas levantadas por representantes de emissoras públicas brasileiras e estudiosos do assunto, durante o encontro Desafio da TV Pública, organizado pela TVE do Rio de Janeiro, em 2003.

São analisadas as vantagens e desvantagens de cada alternativa, com o objetivo de verificar se são ajustáveis à realidade brasileira.

Cabe ressaltar, como apresentado no capítulo 1, que as alternativas aqui apresentadas não resolverão, cada uma por si, os problemas financeiros das TVs Públicas, porém, constituem possibilidades a serem consideradas, isoladamente ou em conjunto. Ressalta-se, ainda, que, neste trabalho, não se tem como objetivo eleger uma alternativa ideal e nem propor a isenção do Estado de seu compromisso com o financiamento destas emissoras. Visa-se a sugerir possibilidades de um financiamento misto, proveniente de diversas fontes de recursos, não apenas os públicos.

⁷ Para conhecer as propostas para a Radiodifusão Educativa incluídas na sexta versão da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, ver Anexo E: Lei de Comunicação Eletrônica de Massa.

6.1 Análise de Alternativas que Visam ao Aumento de Receita

As propostas a serem, primeiramente, analisadas são aquelas que visam a aumentar as receitas das TVs Públicas através da implantação de fontes alternativas de recursos.

6.1.1 Criação de Fundos Nacionais ou Estaduais

A possibilidade de criação de um Fundo cujos recursos sejam destinados às TVs Públicas brasileiras baseia-se na existência de fundos direcionados a setores prioritários da sociedade. Sendo as TVs Públicas emissoras que visam a educar e a enriquecer culturalmente a população, justifica-se, portanto, a possibilidade de instituição de um fundo que auxilie estas emissoras a cumprir esta importante tarefa.

A inconveniência desta forma de financiamento é a possibilidade de gerar a insatisfação de seus contribuintes compulsórios, tornando-se alvo da desconfiança em relação à aplicação de seus recursos. É essencial que um fundo a ser instituído seja administrado com transparência, permitindo que a sociedade acompanhe a utilização dos recursos arrecadados, por meio da publicação de relatórios de gestão que estejam disponíveis ao acesso público e controlado por um conselho de figuras públicas de ilibada reputação, escolhidas democraticamente pelo governo e pela sociedade civil organizada.

6.1.1.1 Fundo Estadual de Recursos Provenientes de Cobrança de Taxa sobre Propriedade de Aparelho de TV

A seguinte proposta a ser apresentada, a cobrança de taxa sobre a propriedade de aparelho de TV, tem como base a experiência praticada por uma das mais importantes TVs Públicas do mundo – a BBC.

Assim como mostrado no capítulo 3, a BBC é financiada, majoritariamente, pela cobrança de uma taxa por domicílio que possua aparelho de televisão. Considerando que o Brasil possui uma população estimada em cerca de 170 milhões de pessoas e que os aparelhos televisores estão presentes em cerca de 80% dos lares, esta é, portanto, uma alternativa bastante sedutora (CENSO, 2000).

Esta proposta consiste em criar um Fundo Estadual, a ser pago por proprietários de aparelhos de televisão e administrado pelo Governo Estadual, que destinaria os recursos arrecadados às TVs Públicas.

O problema é acrescentar mais uma taxa em um país cuja maior parte da população tem dificuldades para pagar os impostos já instituídos. O governo de São Paulo tentou implementar, em 1998, uma taxa semelhante à britânica para financiar a TV Cultura, porém sem sucesso.

O projeto incluía um percentual sobre a conta de energia elétrica destinado à TV Cultura, mas houve discordância por parte da população paulistana (DINES, 2003). A taxa foi considerada injusta pela população, pois ao estar incluída na conta de luz eram tarifados inclusive aqueles que não tinham televisão em casa, sendo assim rejeitada pela sociedade (CARMONA, 2003).

Portanto, para que esta alternativa possa ser instituída é necessário que haja um debate com a sociedade, para que esta possa manifestar se está interessada em

participar do financiamento das TVs Públicas. Este debate pode ser promovido por meio do envio de projeto de lei que vise a instituir a cobrança de taxa e que ao ser divulgado pela mídia, possibilitará a manifestação da população.

6.1.1.2 Criação de Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Percentual das Loterias

A criação de um Fundo Nacional constituído por recursos provenientes de percentual das loterias baseia-se no fato de já ocorrer uma distribuição do dinheiro arrecadado com as apostas, que é destinado a setores prioritários, tais como os programas sociais do Governo Federal.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, instituição que gerencia e coordena as casas lotéricas espalhadas pelo país, quase metade do total arrecadado através dos jogos destina-se aos programas sociais do Governo Federal. Em 2003, de uma arrecadação total de R\$ 3,5 bilhões, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado a estas áreas (RELATÓRIO, 2001).

Entre os setores beneficiados estão: O FIES, programa de financiamento estudantil destinado a estudantes universitários, que estejam matriculados em cursos superiores não gratuitos e que tenham sido aprovados pela Comissão de Seleção e Acompanhamento do FIES; o Fundo Nacional de Cultura, que financia e divulga eventos culturais; e, até mesmo, a área de segurança, que recebeu verba para o Fundo Penitenciário Nacional (*Ibid*)

Portanto, a criação de um Fundo Nacional, destinado às TVs Públicas, cujos recursos sejam provenientes de um percentual das loterias, constitui uma alternativa viável, visto que outras áreas igualmente importantes já são beneficiadas. Cabe às

TVs Públicas pleitearem a implementação desta alternativa junto ao Governo Federal, destacando o fato de suas programações, prestarem um serviço social, assim como os setores beneficiados, pois têm o propósito de educar e elevar o nível cultural da população.

6.1.1.3 Criação de Fundo Nacional Proveniente de Empresas Produtoras de Aparelhos de TV

A proposta de criar um Fundo Nacional, com recursos provenientes de empresas produtoras de aparelhos de TV pode ter como exemplo o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, FUST e o Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, FUNTTEL.

O FUST foi instituído em agosto de 2000 através da Lei 9.998 e seu objetivo é prover serviços de telecomunicações de alta velocidade para as entidades beneficiadas, que podem ser escolas e bibliotecas (BRASIL, 199?).

O dinheiro do FUST é arrecadado e gerido pela ANATEL, a partir de contribuições de um por cento sobre a receita operacional bruta, de prestadoras de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado e doações (*Ibid*).

O FUNTTEL foi instituído em novembro de 2000, através da Lei 10.052, e seu objetivo é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital. Sua receita é oriunda de contribuição de meio por cento sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (*Ibid*).

Para a criação de um Fundo destinado às TV Públicas poderia ser criada uma taxa que incidisse sobre a produção de aparelhos de televisão e de seus correlatos.

Porém, seu valor teria que ser baixo para que esta taxa não representasse um aumento significativo, a ser repassado ao valor final destes produtos, podendo, portanto, ser mais facilmente assimilado e não ocasionando a insatisfação da população.

6.1.2 Inserção de Propaganda na Programação

A inserção de propaganda na programação das TVs Públicas é uma alternativa de fonte de financiamento que, como visto anteriormente, já tem sido praticada por algumas emissoras. Porém, esta possibilidade ainda é polêmica, em função de conflitos existentes na legislação em vigor.

Para que a inserção de propaganda comercial seja uma alternativa viável de busca por verbas é necessário que haja uma nova lei sobre a radiodifusão, que esclareça este tópico, mesmo que algumas restrições quanto ao tipo de propagandas a serem veiculadas sejam mantidas.

Como visto no capítulo 4, a possibilidade de atualização da lei acerca da radiodifusão, que já está em vigor desde de 1962, já foi considerada, recentemente, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porém não chegou a ocorrer (OBSERVATÓRIO, 2001).

As opiniões contrárias a esta hipótese temem que o apelo comercial das propagandas contamine a programação, afetando sua linguagem educativa (CASTRO, 1999). Porém, as TVs Públicas defendem a inserção de propagandas institucionais, associando a imagem de empresas aos programas e não a divulgação de produtos e mercadorias, além da manutenção de restrições como o veto à transmissão de propagandas de bebidas alcoólicas e cigarros (CARMONA, 2003).

6.1.3 Participação nas Verbas de Publicidade do Governo Federal

O Governo Federal é um importante anunciante da televisão comercial brasileira. De acordo com a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, SECOM, que é o órgão responsável pela coordenação da publicidade do Governo, em 2003, os investimentos, em televisão, realizados pelos órgãos da administração direta e indireta e por todas as empresas do Governo Federal atingiram o valor de R\$ 344.260.901,00 (GOVERNO, 2004).

Além disto, de acordo com um levantamento feito pela Folha de São Paulo, de cada R\$ 100 que o Governo Federal investiu em publicidade em 2003, pelo menos R\$ 60 foram para TVs comerciais. As TVs deveriam receber verbas de publicidade de acordo com as suas participações na audiência nacional, porém, as TVs comerciais receberam, proporcionalmente, mais do que deveriam e as TVs Públicas menos (*Ibid*).

Foram gastos, em 2003, R\$ 5,767 milhões com anúncios em TVs Públicas, o que equivale a 1,7% de participação na audiência, mas, juntas, as TVs Cultura e TVE obtiveram 2,3% de participação na audiência, em 2003 (*Ibid*).

É justo as TVs Públicas pleitearem, junto ao Governo Federal, receber uma porcentagem maior de verbas de publicidade, já que, recebem menos do que merecem e, principalmente, do que necessitam.

6.1.4 Venda de Produtos Realizados pelas TVs Públicas

Captar recursos através da venda de subprodutos criados a partir da programação e a prestação de serviços específicos, em áreas nas quais estas emissoras possuem experiência é uma proposta de fácil viabilização e já praticada

por emissoras públicas como a TV Cultura de São Paulo. Uma parte da receita própria gerada pela TV Cultura advém desta alternativa. (30 ANOS, 199?)

Com o objetivo de viabilizar a oferta de seus serviços, a emissora paulista criou a Rede Empresa. Os serviços prestados são nas áreas de produção, gravação, edição e finalização de produtos. Além disso, a TV Cultura oferece a locação do Auditório Cultura, para a gravação de programas e também possui um setor que oferece a cópia de qualquer programa exibido pela emissora, mediante pagamento de uma taxa.

A desvantagem desta alternativa é o fato de, apesar de poder ser facilmente implementada, ser incapaz de gerar recursos vultosos. Porém, aliada a outras fontes de recursos é uma forma de complementar o orçamento destas emissoras.

6.2 Análise de Alternativas que Visam à Redução de Despesas

As alternativas a serem analisadas a seguir, visam a reduzir as despesas das TVs Públicas, já que, ao se analisar a necessidade de dinheiro destas emissoras é necessário pensar não somente na ampliação das receitas, mas também na redução dos custos.

6.2.1 Terceirização da Produção

A possibilidade de terceirizar a produção baseia-se na experiência da PBS, que compra e financia os produtos veiculados. Ao aplicar esta alternativa as emissoras passariam a encomendar programas a produtoras independentes, por meio do processo de licitação, permitindo a escolha de um preço adaptado à realidade destas emissoras (CARMONA, 2003).

Esta alternativa pode ter o lado vantajoso da diminuição de custos, já que torna desnecessária a manutenção de grandes estruturas e equipamentos, além de possibilitar a diminuição do número de funcionários, que representam um custo elevado para estas emissoras. Porém, cria um problema social resultante da demissão de pessoas (CARMONA, 2003).

Para que esta alternativa seja viável há que se pensar em maneiras de oferecer garantias ou vantagens para a demissão destes funcionários. O jornalista Gabriel Priolli, um dos palestrantes do seminário “Desafio da TV Pública”, sugeriu a criação de cooperativas de produção dos trabalhadores. De acordo com a proposta de Priolli, as TVs Públicas se comprometeriam a comprar os produtos destas cooperativas durante um período determinado, possibilitando seu estabelecimento no mercado (*Ibid*).

6.2.2 Melhoria dos Processos de Produção

O objetivo desta alternativa é diminuir as despesas das TVs Públicas por meio da racionalização dos processos produtivos.

Para que esta alternativa alcance seu objetivo é necessário capacitar os profissionais destas emissoras, para que melhorem seu desempenho e assumam responsabilidades que tornem possível a redução dos custos de produção. Ao implementar esta alternativa é necessário que seja elaborado um plano de ação para acompanhar e avaliar todas as atividades desenvolvidas, aprimorando assim o funcionamento da emissora.

6.3 Análise Comparativa entre as Possibilidades de Financiamento Estudadas

No quadro 8, estão reunidas todas as possibilidades de financiamento anteriormente mencionadas para que se possa visualizar e analisar de forma sintética e objetiva as vantagens e desvantagens de cada uma e seus respectivos estágios de implementação.

Possibilidade de Financiamento	Vantagens	Desvantagens	Estágio de Implementação
Fundo Estadual de Recursos Provenientes de Cobrança de Taxas sobre propriedade de aparelhos de TV	População brasileira estimada em 160 milhões de pessoas e TVs presentes em cerca de 80% dos lares, resultaria em uma arrecadação vultosa.	A população tem dificuldades para pagar os impostos já instituídos e, portanto, possivelmente poderia se opor a sua implementação.	Não Implementada
Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Percentual das Loterias	Como já existem setores beneficiados, pleitear a implantação de um Fundo com recursos para TVs Públicas se torna viável.	Seria necessário pleitear junto ao Governo Federal.	Não Implementada
Fundo Nacional de Recursos Provenientes de Empresas Produtoras de Aparelhos de TV	Como já existem Fundos que incentivam projetos educativos, pleitear a implantação de um Fundo para TVs Públicas se torna viável	A taxa teria que ser baixa para não representar aumento significativo no produto final e, em consequência, desagradar à população.	Não Implementada
Inserção de Propaganda na Programação	A venda de espaços comerciais na programação já vem sendo praticada e gera recursos consideráveis.	Necessita de alteração na legislação, que demanda tempo. Teme-se que possa contaminar a programação.	Já Implementada
Participação nas Verbas de Publicidade do Governo Federal	As emissoras públicas já transmitem a publicidade governamental, passariam então a receber por isto.	A Abert possivelmente se oporia à implementação desta alternativa, já que reduziria os recursos recebidos por suas emissoras associadas.	Já Implementada
Venda de Produtos Realizados pelas TVs Públicas	Alternativa de fácil implementação.	Incapacidade de gerar recursos vultosos.	Já Implementada
Terceirização da Produção	Diminuição das despesas com manutenção de estruturas, equipamentos e pessoal.	A demissão de pessoal ocasionaria um problema social.	Não Implementada
Melhoria dos Processos de Produção	Diminuição das despesas por efeito da racionalização dos processos produtivos.	Dificuldade de mudar a cultura organizacional das TVs Públicas.	Não Implementada

Quadro 8 : Análise das Vantagens e Desvantagens das Possibilidades de Financiamento Estudadas

7 Considerações Finais

Neste trabalho, teve-se como objetivo identificar novas fontes de recursos que complementem o orçamento das TVs Públicas, destacando a importância destas emissoras em meio ao atual cenário televisivo brasileiro, composto por uma incontável oferta de canais voltados para todo o tipo de público.

Dentro deste vasto âmbito a TV Pública, em especial, a TV Cultura de São Paulo e a TVE do Rio de Janeiro, destacam-se pela preocupação com as necessidades de seu público, procurando prestar um serviço útil e que contribua com o enriquecimento cultural da população. Porém, para que estas emissoras cumpram esta pretensão, é necessário constatar que suas atuais receitas não permitem que tenham capacidade competitiva para se manterem no mercado, atingindo o público através da oferta de programas de boa qualidade, que sempre foram sua característica mais notável.

É, portanto, de extrema importância comprovar esta deficiência e trazer à tona a discussão sobre a TV Pública, buscando imaginar um número cada vez maior de alternativas de soluções para este complexo problema, que é do interesse de todos.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL : <http://www.anatel.gov.br>
Acesso em 19 set. 2004

ANNUAL Report 2003/2004 BBC. Disponível em <http://www.bbc.co.uk> . Acesso em 29 ago. 2004.

Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais – ABEPEC :
<http://www.abepec.com.br> . Acesso em 04 set. 2004.

BALANÇO Contábil ACERP. 2004 a.

BALANÇO Contábil Fundação Padre Anchieta. 2004 b.

BRASIL, A. O futuro incerto das televisões públicas. 20 fev. 2004. Disponível em <http://www.comunique-se.com.br> . Acesso em 13 nov. 2004.

BRASIL. Lei nº 4117, de 27 ago. 1962. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.mc.gov.br> . Acesso em 01 set. 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 fev. 1967. Complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.mc.gov.br> . Acesso em 01 set. 2004.

BRASIL. Lei nº 9637, de 15 de mai. 1998. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.senado.gov.br> . Acesso em 01 set. 2004.

BRASIL. Ministério das Comunicações. [199?]. Disponível em <http://www.mc.gov.br> . Acesso em 16 set. 2004.

CARMONA, B. et.al. **Desafio da TV Pública**. Uma Reflexão sobre Sustentabilidade e Qualidade. Rio de Janeiro : Editora Nacional, 2003. 128 p.

CASTRO, D. Emissora veicula comerciais para arrecadar R\$ 7 milhões em 99. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 29 set. 2004

CENSO Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.com.br> . Acesso em 12 set. 2004.

COMERCIAIS na TV Pública. 24 jul. 2002. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 12 out. 2004.

DESAFIO Público contra a vulgaridade. [sd]. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 set. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 29 ago. 2004.

DINES, A. A Eterna confusão entre Público e Estatal. 14 mai. 2003. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

DINES, A. Ofensiva contra a rede pública de TV. 05 jun. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 29 set. 2004

FRADKIN, A. História da TV Pública / Educativa. [199?]. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br> . Acesso em 01 out. 2004.

FREIRE, A. Entre a Pureza e o Compromisso Público. 05 jun. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

GOULART, A. Emissora Pública, Dinheiro Estatal. 02 nov. 2004. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 nov. 2004.

GOVERNO dá mais à Globo e menos à Públicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2004. Disponível em <http://www.tver.org.br> . Acesso em 07 set. 2004.

HISTÓRIA da Televisão : Da sua invenção ao início das transmissões em cores. [199?.a]. Disponível em <http://www.tudosobrevt.com.br> . Acesso em 20 set. 2004.

HISTÓRIA da TVE. [199?.b]. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br> . Acesso em 01 out. 2004.

HOINNEFF, N. O Futuro das TVs Públicas no Brasil. 12. mar. 2004. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 06 set. 2004.

INFORME Anual sobre el cumplimiento de la función de servivio público del grupo RadioTelevisión Española. 2002. Disponível em <http://www.rtve.es> . Acesso em 02 set. 2004.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1993. 527p.

LEAL FILHO, L. **A Melhor TV do Mundo**. O Modelo Britânico de Televisão. São Paulo : Summus, 1997. 107p.

LEAL FILHO, L. **Atrás das Câmeras**. Relação entre Cultura, Estado e Televisão. São Paulo : Summus, 1988. 97p.

LEAL FILHO, L. TV Cultura: Por uma Rede Nacional de TV Pública. 12 mar. 2004. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

LIMA, J.C. A “ilegalidade” da TV Cultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mai. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

LIMA, J. C. TV Pública : Independência ou Morte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2004. Disponível em <http://www.tver.org.br> . Acesso em 06 jul. 2004.

OBSERVATÓRIO ouvido no Senado. 28 nov. 2001. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 09 set. 2004.

PAPIS, P. A TV Pública e o papel do Estado. 05 jun. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

PBS 2003 Annual Report. Disponível em <http://www.pbs.org> . Acesso em 02 set. 2004.

PRIOLLI, G. A Polêmica da Publicidade na TV Pública. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 mai. 1999. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br> . Acesso em 11 out. 2004.

RAI Annual Report . 2002. Disponível em <http://www.bilancio2002.rai.it> . Acesso em 09 set. 2004.

RELATÓRIO Anual. 2001. Disponível em <http://www.cef.gov.br>. Acesso em 02 set. 2004.

RELATÓRIO e Contas RTP. 2003. Disponível em <http://www.rtp.pt> . Acesso em 09 set. 2004.

THEODORO JÚNIOR, H. Parecer : Rede de Televisões Educativas de Caráter Misto. Inserção de Publicidade Comercial. Vedação do Parágrafo Único do Art. 13 do Decreto-Lei nº 236/67. Incompatibilidade com a Constituição Federal de 1998. 11 mar. 1997.

30 ANOS de TV Cultura. [199?]. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br> . Acesso em 10 set. 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Descrição dos Serviços Prestados pela BBC

Televisão Britânica

BBC ONE – Este canal procura ser o mais valorizado da TV britânica. Possui programação variada que abrange diversos gêneros.

BBC TWO – É um canal de programação variada, que mistura assuntos sérios e factuais com comédias e drama. O objetivo do canal é criar programas que inspirem e emocionem sua audiência.

BBC THREE – Canal voltado para os jovens adultos britânicos. Sua programação inclui notícias, música, artes e ciência.

BBC FOUR – Visa ser o canal mais intelectual e culturalmente rico da BBC. Sua programação oferece documentários, música e filmes.

CBBC – É o canal voltado para crianças de 6 a 12 anos. Procura inspirar as crianças a desenvolver novos interesses.

CBEEBIES – É o canal voltado para crianças de até 5 anos. Procura educar e entreter através de sua programação.

BBC NEWS 24 – Este canal oferece notícias e cobertura de eventos nacionais e internacionais durante o dia inteiro e todos os dias do ano.

BBC PARLIAMENT – Canal dedicado à cobertura política.

INTERACTIVE TV – Oferece notícias, informações sobre o tempo e entretenimento. Está disponível para o público da televisão digital através de um botão vermelho no controle remoto.

Rádio Britânico

RADIO 1 – Voltada para o público jovem. Sua programação abrange diversos gêneros musicais, selecionados por DJs especialistas e é enriquecida com notícias.

RADIO 2 – Não é voltada para nenhum público específico. Sua programação inclui músicas, concertos, notícias, documentários e comédia.

RADIO 3 – Sua programação inclui música clássica, jazz, world music e discussões de arte.

RADIO 4 – Usa o poder da palavra para oferecer programas que sejam surpreendentes, reveladores e que entretenham. Procura atrair seu público através de uma mistura de programas factuais, dramas e comédias.

1XTRA – Seu público alvo são os jovens e particularmente, mas não exclusivamente, os de minorias étnicas. Sua programação inclui música negra contemporânea e apóia novos artistas britânicos.

FIVE LIVE – Transmite notícias em tempo real e esportes 24 horas por dia. Seu público alvo são adultos entre 25 e 44 anos. Faz a cobertura de eventos nacionais e internacionais.

FIVE LIVE SPORTS EXTRA – É uma extensão da BBC FIVE LIVE. Oferece a cobertura de eventos esportivos.

6 MUSIC – É voltada para os amantes da música popular. Oferece entretenimento, cultura e notícias do mundo da música.

BBC 7 – Serviço digital de rádio. Oferece entretenimento, como comédias, dramas e leituras. Procura atrair, também, crianças com programação jovem.

ASIAN NETWORK – Voltada para a primeira, segunda e terceira geração de britânicos asiáticos. Oferece música, notícias, esporte e entretenimento.

Serviços pela Grã-Bretanha

ENGLAND LOCAL TELEVISION E RADIO – Transmite os serviços de televisão e rádio para as regiões da Inglaterra, alcançando tanto áreas urbanas como rurais.

SCOTLAND – Transmite os serviços de televisão e rádio para a Escócia, priorizando os aspectos culturais escoceses.

WALES/CYMRU – Transmite para o País de Gales e sua programação prioriza aspectos culturais e históricos.

NORTHERN IRELAND – Transmite para a Irlanda do Norte. Sua programação busca informar, entreter e reflete os interesses de seu público local.

BBC ORCHESTRAS – Reúne todas as orquestras da Grã Bretanha.

BBC SINGERS – É o coral de cantores profissionais da BBC. Suas apresentações são acompanhadas pela televisão e pela RADIO 3, cujo foco é a música clássica.

BBC WEBSITES – Visa complementar tudo que é oferecido pelas emissoras BBC, através do acesso interativo à informação, educação e entretenimento. O endereço é www.bbc.co.uk

BBC LEARNING AND EDUCATION – A BBC compromete-se através da Carta Real a oferecer programas educacionais. Trabalha com organizações externas especializadas em desenvolver programas e projetos educativos.

Serviços pelo Mundo

BBC WORLD SERVICE (43 EMISSORAS DE RÁDIO) – Serviço público, financiado pelo governo, que fornece notícias e informações em 43 línguas.

BBC AMERICA – Este canal foi criado em 1998 e pertence a BBC WorldWide Limited, uma das subsidiárias comerciais da BBC. Está disponível através da TV a cabo e satélite. Oferece os programas de maior sucesso da BBC para os Estados Unidos.

BBC CANADA – Este canal foi criado em 2001 e transmite os programas de sucesso da BBC para o Canadá.

BBC FOOD – É um canal internacional, comercial, todo sobre comida. Foi lançado em 2002 e pertence a BBC WorldWide Limited. Está disponível para o sul da África e Escandinávia.

BBC KIDS (CANADA) – Canal infantil internacional. Foi lançado em 2001 e oferece programas infantis para o público canadense.

BBC PRIME – Canal internacional de entretenimento. Foi lançado em 1995 e está disponível para a Europa, África e Oriente Médio, via cabo e satélite. Atinge mais de 100 países.

BBC WORLD – Canal internacional, comercial, com 24 horas de notícias e informações. Foi criado em 1995 e pertence a BBC WorldWide Limited. Está disponível para mais de 200 países pelo mundo.

ANIMAL PLANET – Foi lançado em 1996 e transmite programas sobre vida animal.

PEOPLE+ARTS – Canal disponível em espanhol e português. Oferece programas para o público da América Latina e Península Ibérica. Foi lançado em 1997.

UKTV – Foi criado em 1997 e distribui canais de televisão comercial pela Grã-Bretanha.

UKTV AUSTRÁLIA – Este canal foi lançado em 1996 e é responsável por levar ao público australiano o melhor da televisão britânica.

ANEXOS

ANEXO A
Grade de Programação em Rede

Hora	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
10h00	O Pequeno Urso					Rupert	
10h30	1,2,3 e Já					O Gato Zap	
11h00	Cocoricó					Castelo Ra-Tim-Bum	
11h30	Gato Zap					Ra-Tim-Bum	
12h00							
12h30							
13h00	Mundo da Lua						
13h30	Castelo Rá-Tim-Bum						
14h00	Ruppert						
14h30	Ilha Ra-Tim-Bum						
15h00	1,2,3 e Já						
15h45	Cocoricó						
16h00							
16h30							
17h00							
17h30							
18h00							
19h00							
19h30							
20h00	Documentários						
20h30							
21h00						Doc Brasil	
21h30							
22h00							
22h30	Roda Viva	Observatório da Imprensa	Diálogo Brasil				
23h00							

ANEXO B

Objetivos Estratégicos

I. Oferecer a melhor opção de TV educativa, informativa e cultural, em âmbito nacional, contribuindo para a formação da cidadania.

II. Criar parcerias estratégicas.

III. Melhorar, modernizar, democratizar e sanear a gestão administrativa e financeira da empresa.

IV. Capacitar as emissoras da ACERP visando a assumir a liderança no fortalecimento e integração de uma rede de emissoras públicas, educativas e culturais, garantindo a produção e exibição de programas que envolvam todas as regiões brasileiras.

V. Conhecer o perfil e a expectativa do seu público-alvo , fortalecendo os canais de interação.

VI. Modernizar e ampliar o parque técnico, garantindo a qualidade da distribuição e transmissão do sinal.

VII. Atuar marcante e ativamente nos fóruns de discussão da mídia pública no Brasil e no exterior.

VIII. Oferecer serviços de educação para formação de professores e outros agentes sociais.

ANEXO C

Objetivos da BBC Estabelecidos para 2003/2004

- 1 – Reforçar os alicerces da BBC, aumentando o alcance e a qualidade de seus serviços de Rádio e Televisão.
- 2 – Fortalecer os serviços digitais da BBC com o objetivo de oferecer maior qualidade ao público.
- 3 – Desenvolver programas de conteúdo audacioso e inovador para atrair o público jovem
- 4 – Continuar a procurar atrair o público de minorias étnicas britânicas.
- 5 – Assegurar que a BBC esteja atendendo às necessidades de seu público em todos os países e regiões da Grã-Bretanha.
- 6 – Implementar valores de liderança para que a BBC se torne uma corporação mais criativa e que seus funcionários compreendam seus propósitos e valores.
- 7 – Assegurar que a BBC seja representativa do público que alcança, aumentando a proporção de funcionários de minorias étnicas e com deficiências.
- 8 – Aumentar a quantidade de dinheiro gasto com os serviços públicos da BBC
- 9 – Aumentar o reconhecimento público da BBC como uma corporação aberta, criativa e confiável.
- 10 - Estabelecer uma estratégia global e coordenada de notícias através do rádio e da televisão.

ANEXO D

Princípios Éticos da Televisão Pública Brasileira

1. A defesa da TV pública em sua integridade, independência e viabilidade técnica e financeira para exercer com regularidade e eficiência sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira.
2. A defesa da TV pública como fator de integração e inclusão social e canal de acesso à informação e à comunicação livre e igual para todos.
3. A defesa da pluralidade, da diversidade e dos direitos das minorias, valorizando-se as culturas regionais e a identidade nacional.
4. A defesa do entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e à sensibilidade do telespectador, sobretudo das crianças.
5. A defesa dos direitos humanos e da informação como instrumento da cidadania.
6. A valorização dos programas como complemento à ação educadora da escola e formadora da família, e a condenação a atos que incitem a sexualidade precoce na programação.
7. A valorização da criatividade e inovação na produção de programas educativos e culturais.
8. A valorização da análise e do espírito crítico e questionador como forma de estimular a busca de fontes alternativas de conhecimento e informação.
9. A não submissão às imposições mercadológicas, em respeito ao telespectador como cidadão.
10. Repúdio ao estímulo a todas as formas de violência na programação e condenação a qualquer tipo de exploração que conduza à humilhação do ser humano na programação.

Fonte : ABEPEC – “Princípios Éticos da Televisão Pública Brasileira” .

ANEXO E

Sexta Versão da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa

A Radiodifusão Educativa

Art.74 Permissão de serviço de radiodifusão educativa é a delegação de sua prestação, mediante termo, à entidade para esse fim cadastrada no órgão regulador.

Art. 75 A permissão para a prestação de serviço de radiodifusão educativa independerá de licitação e deverá ser outorgada conforme disciplinado pelo órgão regulador.

Parágrafo único. O órgão regulador reservará canais para radiodifusão educativa nos planos básicos pertinentes.

Art. 76 As prestadoras de serviço de radiodifusão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

Parágrafo único. As prestadoras não poderão interromper os programas para veiculação da publicidade a que se refere o 'caput' deste artigo, cabendo ao órgão regulador estabelecer o percentual máximo que poderá ser dedicado a essa veiculação na programação.

Art. 77 As permissões para prestação de serviço de radiodifusão educativa, dos seus serviços auxiliares e para o uso das radiofrequências associadas serão outorgadas a título gratuito.

Fonte : Observatório da Imprensa : [“Sexta versão da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa”](#), 11/07/01.